



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS
ECONÔMICAS (FACE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (PPGCONT)

MANOEL FRANCELINO DOS SANTOS FILHO

Contribuição do *Popular Financial Reporting* para a Compreensibilidade da Informação
Contábil em Universidades Públicas Brasileiras

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Manoel Francelino dos Santos Filho

3. Título do trabalho

Contribuição do Popular Financial Reporting para a Compreensibilidade da Informação Contábil em Universidades Públicas Brasileiras.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Ilírio José Rech, Professor do Magistério Superior**, em 13/03/2023, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Francelino Dos Santos Filho, Discente**, em 13/03/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3591637** e o código CRC **3C318E58**.

MANOEL FRANCELINO DOS SANTOS FILHO

Contribuição do *Popular Financial Reporting* para a Compreensibilidade da
Informação Contábil em Universidades Públicas Brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCONT), da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Ciências Contábeis
Linha de pesquisa: Contabilidade Financeira

Orientador: Professor Dr. Ilírio José Rech

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos Filho, Manoel Francelino dos

Contribuição do Popular Financial Reporting para a Compreensibilidade da Informação Contábil em Universidades Públicas Brasileiras [manuscrito] / Manoel Francelino dos Santos Filho. - 2023. xc, 90 f.

Orientador: Prof. Dr. Ilírio José Rech.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Goiânia, 2023. Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Compreensibilidade. 2. Informação Contábil. 3. Popular Financial Reporting. I. Rech, Ilírio José, orient. II. Título.

CDU 657



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 01 da sessão de Defesa de Dissertação de **Manoel Francelino dos Santos Filho**, que confere o título de Mestre em Ciências Contábeis na área de concentração em Ciências Contábeis.

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, a partir das 08 horas e 30 minutos, na transmissão em videoconferência, pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**Contribuição do Popular Financial Reporting para a Compreensibilidade da Informação Contábil em Universidades Públicas Brasileiras**". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Ilírio José Rech (PPGCONT/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Robson Zuccolotto, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCON/UFES), membro titular externo; cuja participação também ocorreu através de videoconferência, e Professora Doutora Michele Rílany Rodrigues Machado (PPGCONT/UFG), membro titular interna. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Ilírio José Rech, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

"Contribuição do Popular Financial Reporting para a Compreensibilidade da Informação Contábil em Universidades Públicas Brasileiras".



Documento assinado eletronicamente por **Ilírio José Rech, Professor do Magistério Superior**, em 07/03/2023, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Zuccolotto, Usuário Externo**, em 07/03/2023, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Michele Rílany Rodrigues Machado, Professora do Magistério Superior**, em 07/03/2023, às 22:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3529536** e o código CRC **CEF43B5E**.

Tudo posso naquele que me fortalece
(Filipenes 4:13)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e me direcionado para que conseguisse lograr êxito nessa jornada de estudos.

A minha esposa, por sua dedicação, paciência e incentivo, nesta caminhada, que sempre acreditou que conseguiria. Nas minhas ausências conduziu com louvor nossos afazeres enquanto família.

As minhas filhas amadas, Maria Luíza e Maria Letícia, são fontes de inspiração e meu bem mais precioso.

Aos meus pais, que sempre buscaram me mostrar que o estudo é primordial para a consecução dos objetivos aos quais almejamos.

Aos Nobres colegas de turma, que, por diversas vezes, motivaram um ao outro para que todos conseguissem a tão desejada conclusão. Pessoas que sempre terão de mim apreço e consideração.

Aos colegas de trabalho, que de forma direta ou indireta ajudaram-me nesta caminhada.

Aos servidores administrativos do Programa, que nos momentos de dúvidas administrativas não mediram esforços para colaborar.

Aos professores do PPGCONT/UFG, que buscaram sempre contribuir com suas orientações e sugestões para o bom andamento do ensino-aprendizagem.

Aos professores integrantes da Banca, Profa. Dra Michele Rílany Rodrigues Machado e Porf. Dr. Robson Zuccolotto, pelas contribuições ímpares e fundamentais.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ilírio José Rech, uma pessoa educada, profissional e um excelente professor. Agradeço pelos direcionamentos, palavras de incentivo e ensinamentos.

RESUMO

Melhorar a compreensibilidade da informação contábil e financeira no setor público pode estimular o interesse do cidadão em verificar mais de perto as ações governamentais, aproximando-o democraticamente da participação ativa no setor público. Nesse contexto, o objetivo principal deste estudo foi investigar a contribuição do *popular financial reporting* - PFR na melhora da compreensão dos usuários da contabilidade de universidades públicas brasileiras sobre a informação contábil. A pesquisa teve por base os aspectos da Teoria da Comunicação, percorreu assuntos que versaram sobre a transparência na Administração Pública, evidenciação da informação contábil no setor público e sobre o PFR. O público-alvo é composto por servidores e discentes da Universidade Federal de Goiás – UFG e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa. Os dados foram coletados via questionário eletrônico do Google, presencialmente e via e-mail, no período compreendido entre 27 de agosto a 23 de outubro de 2022. Metodologicamente, utilizou-se uma abordagem com análise qualitativa, interpretação das informações e textos descritivos a partir da percepção dos respondentes da pesquisa, e análise quantitativa, por meio de técnicas estatísticas que compreenderam estatística descritiva e estatística inferencial. Os resultados permitiram constatar que as informações reportadas através do *popular financial reporting* apresentaram maior compreensibilidade que as apresentadas nos relatórios contábeis tradicionais, sugerindo que o PFR possui melhor capacidade de compreensão que os atuais relatórios. Também, quanto ao PFR, foram observados melhores índices de satisfação dos usuários acerca dos aspectos relacionados à clareza, formato, forma, visual e utilidade, quando comparados aos relatórios contábeis tradicionais. Além disso, foi possível apresentar duas características basilares para elaboração e apresentação do PFR: características formais e características de conteúdo. A pesquisa contribui com a discussão acerca da elaboração e utilização do PFR, além de demonstrar que esse tipo de relatório pode auxiliar na melhora da compreensibilidade e transparência no âmbito das universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave: Compreensibilidade, Informação Contábil, *Popular Financial Reporting*.

ABSTRACT

Improving the comprehensibility of accounting and financial information in the public sector can stimulate citizen interest in checking government actions more closely, democratically bringing them closer to active participation in the public sector. In this context, the main objective of this study was to investigate the contribution of popular financial reporting - PFR in improving the understanding of accounting information by users of accounting at Brazilian public universities. The research was based on aspects of the Theory of Communication, and covered subjects that dealt with transparency in Public Administration, disclosure of accounting information in the public sector, and the PFR. The target audience consists of employees and students from the Federal University of Goiás – UFG and the Federal University of South and Southeast Para – Unifesspa. Data were collected via Google's electronic questionnaire, in person, and via email, from August 27 to October 23, 2022. Methodologically, an approach was used with qualitative analysis, interpretation of information and descriptive texts from the perception of the survey respondents, and quantitative analysis, through statistical techniques that included descriptive statistics and inferential statistics. The results showed that the information reported through popular financial reporting was more comprehensible than that presented in traditional accounting reports, suggesting that the PFR has a better understanding capacity than the current reports. Also, regarding the PFR, better user satisfaction rates were observed regarding aspects related to clarity, format, form, appearance, and usefulness when compared to traditional accounting reports. In addition, it was possible to present two basic characteristics for the elaboration and presentation of the PFR: formal characteristics and content characteristics. It contributes to the discussion about the elaboration and use of the PFR, in addition to demonstrating that this type of report can help to improve comprehensibility and transparency within the scope of Brazilian public universities.

Keywords: Comprehensibility. Accounting Information. Popular Financial Reporting.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Síntese Desenho da Pesquisa

Figura 02 – Processo de Comunicação com o *Popular Financial Reporting*

Figura 03 – Accountability, Participação Pública, Transparência e Popular Financial Reports

Figura 04 – Características Fundamentais para Elaboração do *Popular Financial Reporting*

Figura 05 – Desenvolvimento da Pesquisa

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Características Qualitativas da Informação Contábil

Quadro 02 – Estrutura e Objetivos do Instrumento de Pesquisa

Quadro 03 – Coeficiente Alfa de Cronbach

Quadro 04 – Grupo de Usuários da Contabilidade

Quadro 05 – Variáveis da Pesquisa

Quadro 06 – Observações e Contribuições dos Respondentes

Quadro 07 – Características Basilares do *Popular Financial Reporting*

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Amostra da Pesquisa

Tabela 02 – Perfil dos Respondentes – Posição

Tabela 03 – Perfil dos Respondentes – Posição por Perfil

Tabela 04 – Perfil Geral dos Respondentes – Por Universidade

Tabela 05 – Compreensibilidade das Informações – Posição dos Respondentes

Tabela 06 – Compreensibilidade das Informações – Perfil dos Respondentes

Tabela 07 – Compreensibilidade das Informações – Teste Qui-quadrado

Tabela 08 – Percepção quanto à Clareza e Compreensibilidade dos Relatórios

Tabela 09 – Percepção quanto ao Formato dos Relatórios

Tabela 10 – Percepção a Respeito das Representações Gráficas e Visuais dos Relatórios

Tabela 11 – Percepção sobre a Utilidade dos Relatórios

Tabela 12 – Percepção Acerca da Facilidade e Nitidez dos Relatórios

Tabela 13 – Periodicidade dos Relatórios

Tabela 14 – Meio de Divulgação dos Relatórios

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGA	<i>Association of Governmental Accountants</i>
CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IPSASB	<i>International Public Sector Accounting Standards Board</i>
EUA	Estados Unidos da América
GASB	<i>Governmental Accounting Standards Board</i>
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GFOA	<i>Government Finance Officers Association</i>
GO	Goiás
LAI	Lei de Acesso à Informação
MEC	Ministério da Educação
NBC TSP EC	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Setor Público Estrutura Conceitual
NGP	Nova Gestão Pública
PAFR	Programa de Prêmios de Relatórios Financeiros Anuais Populares
PA	Pará
PFR	Relatório Financeiro Popular
RCPGs	Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público
RSC	Relatório Simplificado para o Cidadão
UFG	Universidade Federal de Goiás
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Contextualização	14
1.2	Problema de Pesquisa	18
1.3	Objetivos	18
1.3.1	<i>Objetivo Geral</i>	18
1.3.2	<i>Objetivos Específicos</i>	18
1.4	Justificativa e Contribuições da Pesquisa	19
1.5	Organização da Pesquisa	20
2	REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1	Transparência na Administração Pública	21
2.2	Evidenciação da Informação Contábil no Setor Público	24
2.2.1	<i>Características Qualitativas e o Processo de Comunicação Contábil</i>	25
2.3	<i>Popular Financial Reporting (PFR) – Origem, Aplicações e Utilidade</i>	29
2.3.1	<i>Contexto de Estudos sobre o PFR</i>	32
2.3.2	<i>Características Fundamentais para Elaboração do Popular Financial Reporting</i>	36
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	39
3.1	Desenvolvimento da Pesquisa	39
3.2	Instrumento de Pesquisa	40
3.3	População e Coleta de Dados	42
3.4	Validação do Instrumento de Pesquisa e Pré-Teste	42
3.5	Análise Qualitativa e Quantitativa	43
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
4.1	Perfil dos Respondentes	45
4.2	Compreensibilidade das Informações para os Modelos de Relatórios	48

4.2.1 Análise Estatística entre os Perfis e a Compreensibilidade – Teste Qui-quadrado	51
4.3 Percepção sobre os Aspectos dos Modelos de Relatórios	53
4.4 Percepção Quanto à Periodicidade, Meios de Divulgação e Contribuições	57
4.5 Sugestão para Elaboração e Apresentação do <i>Popular Financial Reporting</i>	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A – Instrumento da Pesquisa	71
APÊNDICE B – Relatório Contábil Modelo 1 - Tradicional	79
APÊNDICE C – Relatório Contábil Modelo 2 - <i>Popular Financial Reporting</i>	85

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A Constituição Federal de 1988 – CF/1988, conhecida como Constituição Cidadã, foi fundamental para os maiores avanços na democracia brasileira e estímulo ao envolvimento da sociedade na Administração Pública, considerando-se, portanto, a participação da sociedade como um componente primordial à democracia (Cremonese, 2012; Macêdo et al., 2021).

Para a promoção da democracia a sociedade deve estar munida de informações e, dentre essas informações, pode-se incluir a gestão e utilização de recursos públicos que propiciem o controle social (Leroy et al., 2021). Nesse sentido, destaca-se que a Administração Pública é regida por princípios norteadores, dentre eles o da legalidade e publicidade, estabelecidos pela CF/1988. A consolidação desses princípios favoreceu a publicidade e transparência das ações no ambiente público, uma vez que o cidadão poderá ter conhecimento das decisões que lhes dizem respeito para o cumprimento do direito ao controle e fiscalização sobre o Estado (Moraes, 2013; Zuccolotto & Teixeira, 2019).

Um marco legal que trouxe maior visibilidade da transparência governamental foi a Lei Federal nº 12.527/2011, denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamentou a divulgação e o direito do cidadão ao amplo acesso à informação, conforme definido no texto da Constituição Federal de 1988 (Almada, 2017; De Lima et al., 2020). O referido normativo remete ao fato de que o acesso à informação deve ser disponibilizado de forma objetiva e ágil, apresentando linguagem direta e clara, buscando assegurar a publicidade como preceito geral e o desenvolvimento do controle social. A LAI corrobora o que preceitua a literatura contábil, no setor público, em que as informações devem direcionar para a transparência, prestação de contas e controle social.

A transparência no Setor Público tem sido estimulada (Almada, 2017) devido aos benefícios de sua aplicabilidade, seja pela melhoria da prestação de contas, seja oferecendo aos cidadãos a chance de se informarem das ações realizadas pelo poder público (Rodrigues, 2020). Além de garantir o cumprimento dos preceitos normativos, a transparência pública se constitui essencial para uma gestão responsável, o que facilita o desempenho da cidadania (Platt Neto et al., 2006; Vieira, 2012).

O envolvimento do cidadão, através do fornecimento de documentos financeiros transparentes e acessíveis, configura-se como ponto crucial à democracia participativa (Aversano et al., 2019; Biancone et al., 2019). Os entes públicos, como as universidades federais brasileiras,

podem contribuir com a sociedade para a melhoria da transparência (Zorzal & Rodrigues, 2015). Além disso, tem aumentado o interesse dos cidadãos para saber como os recursos públicos, advindos dos impostos que lhes são exigidos, estão sendo utilizados e as informações direcionadas a ações futuras (Aversano et al., 2019; Oliveira et al., 2020).

Levando em consideração que os cidadãos são os usuários primários da informação contábil, os relatórios financeiros devem ser disponibilizados para que esses usuários compreendam o seu significado e, portanto, expressos em linguagem clara e concisa (CFC, 2016; IPSASB, 2013). Dessa forma, a informação deve ser revestida de legibilidade e ser compreensível. Entende-se por legibilidade, no escopo contábil, a capacidade de assimilação de informações que estejam disponíveis para avaliação (Borges & Rech, 2019; Loughran & McDonald, 2014).

A evidenciação da informação contábil é uma premissa de que as entidades públicas atuam em consonância com os valores impostos à sociedade e com as disposições legais estabelecidas (Avelino et al., 2012; Stanley et al., 2008). Partindo do pressuposto de que a comunicação é essencial ao cumprimento das funções da contabilidade, os princípios da Teoria da Comunicação podem ser utilizados para contribuir com o aprimoramento desse processo da comunicação contábil (Bedford & Baladouni, 1962; Dias Filho & Nakagawa, 2001).

Apesar dos esforços na busca de melhorias com a harmonização das normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) (Castañeda-Rodríguez, 2022), os relatórios financeiros das entidades públicas ainda são considerados muito técnicos e extensos, tornando-se de difícil leitura e compreensão por aqueles que não são familiarizados com o assunto (Biondi & Bracci, 2018; Jordan et al., 2016; Manes-Rossi, 2019).

Pesquisas empíricas têm evidenciado dificuldades na compreensibilidade e legibilidade das informações apresentadas nos relatórios contábeis. Os achados de estudos efetuados por Gallon et al. (2011) e Augustinho et al. (2015) evidenciaram que as informações das demonstrações contábeis do âmbito público não são de fácil entendimento, principalmente sob a percepção do cidadão de nível médio. Dessa forma, os estudos apontam para a necessidade da utilização de linguagem técnica mais acessível ao usuário comum, sem perder seu caráter técnico peculiar.

A pesquisa realizada por Camacho (2019), por exemplo, teve como foco a compreensibilidade e legibilidade das informações presentes nos relatórios financeiros do setor público, a partir do entendimento dos usuários. Concluído o estudo, ficou constatado que o uso de linguagem técnica e rebuscada diminui a compreensão dos usuários. Para a autora a elaboração e

a apresentação de relatórios distintos com a utilização de elementos em linguagem simples (*plain language*) podem ser elementos facilitadores para a melhoria da compreensibilidade e legibilidade das informações.

Nesse contexto, entra em questão a aplicabilidade de um relatório alternativo conhecido na literatura por *Popular Financial Reporting* – PFR (Relatório Financeiro Popular). O PFR teve início nos EUA e Canadá, na década de 1990, como consequência de um movimento com o intuito de tornar a informação mais legível e acessível ao cidadão sem experiência em finanças públicas (Biondi & Bracci, 2018; Cohen & Karatzimas, 2015; Montesinos & Brusca, 2019).

Esse formato de relatório pode ser identificado na literatura de diversas formas: relatórios financeiros populares anuais, relatórios populares, guia do orçamento para o cidadão, relatório de esforços e realizações (Yusuf et al., 2013). Para fins de padronização e melhor esclarecimento, considerando que este estudo é voltado ao aspecto contábil que engloba o orçamento e financeiro, quando houver essas designações, citadas anteriormente, refere-se ao relatório financeiro popular (*popular financial reporting* - PFR).

O PFR visa transmitir informações de caráter financeiro e de desempenho em que se unem transparência pública, responsabilidade e a busca de engajamento dos cidadãos. Essa união se dá em função de as informações serem apresentadas em um formato simplificado e descomplicado, sem o uso de termos técnicos complexos (Biancone et al., 2016; Cohen & Karatzimas, 2015; Yusuf et al., 2013; Yusuf & Jordan, 2015). Desse modo, apresenta informação mais concisa e direta, tendo como público-alvo o cidadão comum, políticos, servidores públicos e a mídia, que não possuem conhecimento acurado na área de finanças e contabilidade (Yusuf et al., 2013).

Biancone et al. (2016), baseando-se na experiência de Turim, primeira cidade Europeia a publicar o *popular financial reporting*, analisaram como esse relatório auxilia na transparência e prestação de contas públicas. Os pesquisadores, utilizando questionário, verificaram a opinião de cidadãos sobre as informações inerentes aos relatórios. Os resultados evidenciaram que os cidadãos aprovaram o *popular financial reporting* como meio importante de comunicação transparente para fins de prestação de contas.

Leite (2019) analisou o nível de compreensibilidade das informações, comparando a forma de divulgação dos relatórios, entre a forma tradicional e através do relatório popular. Participaram do estudo cidadãos diversos que foram divididos em dois grupos: cidadão com conhecimento técnico contábil e sem conhecimento contábil. Os resultados indicaram que a compreensibilidade do PFR se apresentou como melhor opção que o relatório tradicional tanto para o cidadão com

conhecimento quanto para o cidadão sem conhecimento contábil. Esses resultados, segundo a autora, indicam que o PFR estimula o controle social e a compreensibilidade da informação.

Langella et al. (2021) investigaram a compreensibilidade e transparência dos relatórios populares a partir de duas características da informação, o esclarecimento do conteúdo e recursos visuais, na perspectiva dos cidadãos. Os autores apontaram que a utilização dessas características produz um efeito positivo para a transparência e compreensão dos cidadãos.

Por utilizar linguagem menos complexa, com recursos gráficos e de tabelas, direcionado ao público em geral (Del Gesso & Romagnoli, 2020), além de apresentar características próprias em que são incorporadas informações simplificadas de outros relatórios, pesquisadores e gestores têm dado atenção especial ao debate sobre a aplicabilidade do PFR (Biancone et al., 2019; Brescia, 2019).

Ao observar pesquisas internacionais verifica-se que a abordagem do tema apresenta como predominância: as características e conteúdo dos relatórios (Aversano & Polcini, 2019; Biancone et al., 2019; Biondi & Bracci, 2018; Herrmann, 2011; Manes-Rossi, 2019; Stanley et al., 2008; Yusuf et al., 2013); em relação ao formato e forma de apresentação (Bota 2020; Cohen et al., 2017; Oliveira et al., 2018); e quanto ao nível de transparência e acessibilidade (Biancone et al., 2016; Del Gesso & Romagnoli, 2020; Jordan et al., 2016; Langella et al., 2021).

As pesquisas brasileiras que envolvem o PFR estão voltadas, de forma geral, à sua compreensibilidade (Cabral & Aquino, 2020; Leite, 2019), ao conteúdo e características (Martins & Lima, 2021; Rodrigues et al., 2021). Por exemplo, Cabral e Aquino (2020) realizaram um experimento através de um equipamento de rastreamento ocular para averiguar a compreensibilidade e legibilidade entre os relatórios tradicionais e os relatórios populares.

Os achados de Cabral e Aquino (2020) direcionaram para uma melhoria da legibilidade dos textos mais simples, ao passo que a presença de jargões técnicos dificultou o processo de leitura do texto como um todo. Já Martins e Lima (2021) analisaram os diferentes tipos de *popular financial reporting* e suas principais características, sugerindo um modelo conceitual tendo por base sete prêmios/certificados internacionais como critérios de legibilidade.

Embora o surgimento do *popular financial reporting* tenha ocorrido há mais de duas décadas, sua propagação e utilização têm acontecido, principalmente, nos EUA e Canadá (Cohen & Karatzimas, 2015; Jordan et al., 2016; Rodrigues et al., 2021; Yusuf et al., 2013) e, mais recentemente, no continente Europeu (Biondi & Bracci, 2018). No Brasil, constatam-se poucas pesquisas e casos práticos (Martins & Lima, 2021; Rodrigues et al., 2021).

Nas instituições públicas têm ocorrido diversas mudanças relacionadas ao processo de comunicação e divulgação das informações, com o fito de tornar a sociedade mais envolvida em suas ações (Oliveira et al., 2020). As universidades federais brasileiras, autarquias federais, devido ao gerenciamento de bens e recursos públicos, tornam-se um campo propício para investigações acerca do sistema de comunicação contábil (Messias et al., 2018).

Conforme exposto inicialmente, os relatórios contábeis podem ser um artefato para melhorar a transparência e a comunicação com a sociedade, o que contribui para informar acerca da gestão dos recursos públicos nas universidades.

1.2 Problema de Pesquisa

Sendo o PFR um relatório centrado no cidadão e que pode melhorar a compreensibilidade, transparência e legitimidade das ações desenvolvidas (Cohen & Karatzimas, 2015; Yusuf et al., 2013) e que as universidades federais são entes voltados para a prestação de serviços com o uso de recursos públicos, devendo prestar contas à sociedade da regular utilização desses recursos (De Lima et al., 2020), o presente trabalho visa responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as contribuições do PFR na melhora da compreensão dos usuários da contabilidade de universidades públicas brasileiras sobre a informação contábil?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

A fim de responder o problema de pesquisa, o presente estudo tem o objetivo geral de analisar as contribuições do PFR na melhora da compreensão dos usuários da contabilidade de universidades públicas brasileiras sobre a informação contábil.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para assir o objetivo geral, busca-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar as características fundamentais para elaboração do PFR;
- analisar a melhora na percepção dos cidadãos acerca da informação contábil apresentada no PFR em comparação ao relatório tradicional e
- apresentar uma base para elaboração do PFR para evidenciação das informações contábeis em universidades públicas brasileiras.

1.4 Justificativa e Contribuições da Pesquisa

De acordo com o MEC (2021), no ano de 2021, as 69 universidades federais contavam com 1.326.693 estudantes e 196.154 servidores, atuando em mais de 513 municípios brasileiros e utilizaram cerca de 40 bilhões de reais para a consecução de suas diversas ações. Conforme observado, a participação das universidades federais, para além do aspecto social, é significativa também na economia nacional.

Messias e Walter (2018) destacam que as universidades, por administrarem grande quantidade de recursos públicos, tornam-se um vasto campo para investigações no que concerne ao aspecto financeiro e contábil. Diante disso, tornar a informação contábil e financeira mais compreensível, auxiliando para impulsionar o interesse do cidadão na atuação dos órgãos governamentais, de modo a monitorar e acompanhar se os recursos estão sendo utilizados para os fins que foram propostos é fundamental.

O uso da informação contábil pode ser considerado adequado quando os relatórios financeiros melhoram a transparência, a integridade e a confiabilidade das informações relatadas. Assim, esse uso da informação conduz ao aumento significativo da supervisão sobre os bens públicos e efetiva visibilidade das atividades do governo, podendo também ser um fator preponderante para diminuição da corrupção e fraudes (Saremi & Mohammadi, 2015).

De acordo com o *International Federation of Accountants* (IFAC) (2020) os relatórios contábeis eficientes ajudam a consolidar as entidades públicas, inclusive na gestão macroeconômica e controle orçamentário, o que pode minimizar riscos e identificar desperdícios. Assim, garantir que os cidadãos tenham acesso a informações é cooperar para que possam acompanhar e participar das decisões que os afetam.

Do exposto, a pesquisa se justifica por trazer à tona conceitos teóricos para aplicação prática acerca da utilização do PFR, para que contadores e gestores públicos evidenciem as informações com um formato que visa fornecer dados contábeis de forma simplificada e que possa ser entendido por pessoas não familiarizadas com relatórios contábeis e financeiros, acrescentando um assunto incipiente no contexto brasileiro.

Além de auxiliar a academia com uma proposta que pode facilitar a compreensão das informações, ao trazer as características qualitativas, no ensino-aprendizagem em contabilidade pública, especificamente quanto à evidenciação da informação contábil.

O estudo também auxilia aos organismos normatizadores, com os seus achados, para que possam sugerir orientações que potencializam a elaboração de relatórios como o PFR.

Portanto, a contribuição do estudo engloba três campos, a saber: teórico, prático e social. No campo teórico, ao cercar-se de uma estrutura conceitual que reúne os principais estudos sobre o assunto, contribui para a expansão e fortalecimento do conhecimento científico (Martins & Silva, 2021; Rodrigues et al., 2021).

No campo prático, a pesquisa caracteriza os principais elementos que compõem o *popular financial reporting* e apresenta, aos profissionais contábeis e gestores, uma base que propõe guiar a elaboração e evidenciação das informações contábeis, que também pode ser utilizada para a tomada de decisão. Além disso, Camacho (2019) e Rodrigues et al. (2021) sugerem iniciativas práticas do *popular financial reporting* nos entes públicos brasileiros, dada a importância de relatórios complementares para cidadãos que não possuem conhecimento específico na área.

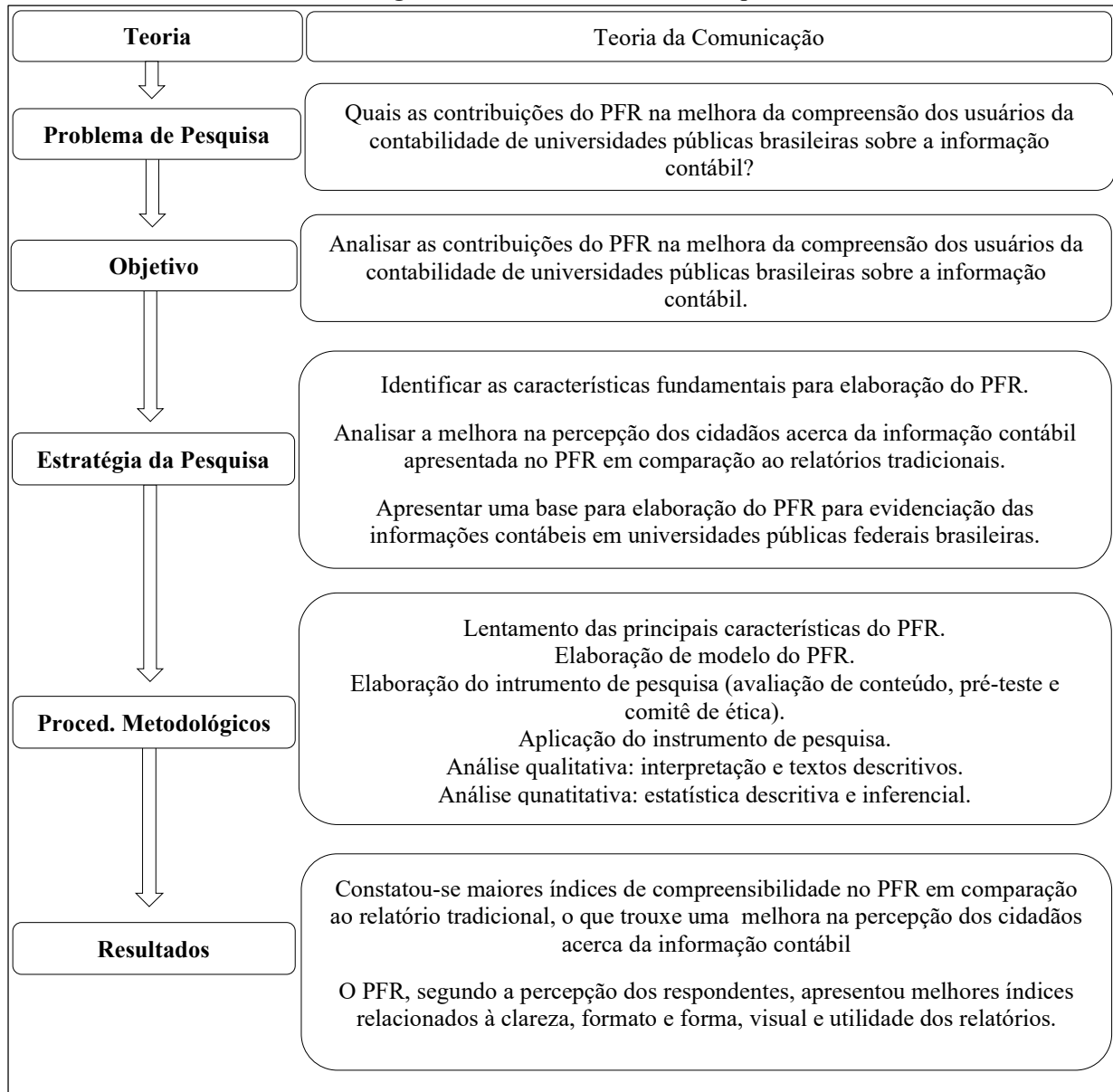
Por fim, no campo social, o estudo traz uma base para elaboração e apresentação de um *popular financial reporting* para que diferentes públicos possam ler e compreender o seu conteúdo, sem a intermediação de um especialista na área. De acordo com Platt Neto et al. (2006), iniciativas que visem melhorar a transparência nas universidades constituem uma gestão responsável que contribui para o fortalecimento do exercício da cidadania.

1.5 Organização da Pesquisa

O estudo está estruturado da seguinte forma, após esse capítulo inicial: o capítulo dois, ora denominado revisão da literatura, que versa sobre os principais conceitos teóricos; o capítulo seguinte, em que se apresentam os procedimentos metodológicos utilizados posteriormente. Os capítulos finais tratam das discussões dos resultados e conclusões da pesquisa.

A Figura 01 representa em síntese o desenho da pesquisa para atingir aos objetivos propostos e responder ao problema de pesquisa.

Figura 01 – Síntese Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Transparência na Administração Pública

A crescente necessidade de envolver a participação da população e acesso à informação desencadeia o processo que reforça a democracia representativa, em que a consolidação de instituições públicas voltadas às práticas democráticas resulta em feitos que melhoram a transparência e fortalecem a cidadania (Abreu & Gomes, 2021; Ribeiro Dias & Vasconcelos, 2015).

Nas últimas décadas surgiram reformas que buscavam reforçar a democracia, o desafio para tanto é conseguir difundir e colocar em prática o compromisso dos entes públicos com uma democracia mais participativa e inclusiva (Addor, 2018). Nesse sentido, destaca-se o princípio que é considerado essencial para o progresso da democracia, o princípio da transparência (Leroy et al., 2021; Zuccolotto & Teixeira, 2017).

Governos ao redor do mundo vêm debatendo e tentando promover o direito de acesso à informação e transparência pública, por meio da adoção e atualização do uso de políticas, leis, decretos e regulamentos. Este debate se reflete na atualidade, com o aumento do fornecimento de informações nos entes governamentais (Grimmelikhuijsen & Meijer, 2014; Rosa & Moro-Cabero, 2019).

No contexto brasileiro, no que tange à seara do ordenamento legal e normativo, foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que os entes governamentais passaram a ser obrigados a prestar contas da utilização dos recursos públicos e seguir o princípio da publicidade, conforme preceitua os artigos 30 e 37, respectivamente (Moraes, 2013; Oliveira et al., 2020). A previsão legal do princípio da publicidade representou grande avanço, pois veio permitir que o cidadão obtivesse conhecimento dos atos efetuados na administração pública (Zuccolotto & Teixeira, 2019).

Diante dessa contextualização inicial e dadas as particularidades do assunto, Baldissera e Dall'Asta (2020) esclarecem que entender o conceito de transparência, os seus determinantes e as possíveis consequências acaba por ser útil para melhorar a compreensão e entendimento do ambiente explorado. Nesse sentido, a seguir são abordados alguns conceitos e características que remetem à transparência das informações no âmbito de instituições públicas.

De acordo com Zuccolotto et al. (2015) o conceito de transparência remete a uma gama de aspectos relacionados ao fluxo da informação que ainda se encontra em processo de construção. Para os autores, a transparência não está voltada apenas para uma perspectiva, mas sob diversos conceitos e classificações. Para os autores, por exemplo, quando ocorre a divulgação da informação (visibilidade), mas essa não é absorvida pelo usuário, tem-se a transparência nominal; por outro lado, quando os usuários conseguem absorver e fazer inferência dessas informações, verifica-se a transparência efetiva. Assim, como condição necessária à transparência as informações devem possuir visibilidade e permitir que o usuário realize inferência.

Segundo Mabillard e Zumofen (2017) o conceito pode estar direcionado às leis de acesso à informação, para as novas tecnologias e suas consequências, além de se relacionar com as suas

causas e efeitos, como por exemplo, gerar confiança e maior participação.

O conceito de transparência, aplicável aos relatórios financeiros de uso geral, é definido por Barth e Schipper (2008) como uma medida que expõe os aspectos econômicos de um ente e que são compreendidos facilmente por aqueles que utilizam esses relatórios. As autoras afirmam que esse conceito está sob a perspectiva de uma “economia subjacente” das entidades, que envolve a informação de todos os recursos, ativos e passivos, que são retratados nos relatórios financeiros.

Na visão de Harrison et al. (2012), no campo das instituições públicas, a transparência se refere à disponibilidade de informações relevantes e abrangentes que sejam confiáveis e oportunas em relação às atividades governamentais. Dessa forma, para os autores, a divulgação de relatórios orçamentários, de auditorias e ações desenvolvidas pelos entes fornece aos cidadãos uma base para avaliarem a eficiência dos serviços prestados. Indiretamente essas ações também geram pressão para a melhoria na atuação do ente público.

Almada (2017), por sua vez, destaca que a transparência, nas instituições públicas, está voltada para a disponibilização de informações úteis e acessíveis, que permitem aos diversos atores fiscalizar e acompanhar o desempenho e atuação do ente governamental. Estudos como os de Baldissera e Dall’Asta (2020) investigaram relações da transparência e suas implicações nos entes do setor público, enquanto outras pesquisas relacionaram a transparência com informações orçamentárias e financeiras advindas de relatórios contábeis, como em Zuccolotto e Teixeira (2017).

Baldissera e Dall’Asta (2020), através de análise descritiva e documental, investigaram os determinantes da transparência pública e a sua influência e levaram em consideração os principais determinantes da transparência pública: os aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários, políticos e governamentais. Para os aspectos financeiro-orçamentários analisaram o cumprimento do dever da transparência com o auxílio das informações das demonstrações financeiras. Concluído o estudo restou confirmado que a condição financeira do ente influencia na transparência, evidenciando a importância dos relatórios contábeis para a análise da transparência.

Zuccolotto e Teixeira (2017) analisaram o nível de transparência orçamentária dos estados brasileiros, através de índices obtidos nas informações orçamentárias. Os resultados evidenciaram que, embora em alguns casos haja uma quantidade de informações satisfatória, não se observa uma boa qualidade, além de os relatórios apresentarem informações excessivamente técnicas e voltadas para atender fins burocráticos de fiscalização. Ficou constatada a necessidade de avanço para consolidação da transparência no que tange à divulgação de informações orçamentárias nos

estados brasileiros.

Nesse contexto, considera-se que a transparência vai além da publicidade das informações. Configura-se no ato da disponibilidade e acessibilidade, em um formato que geralmente abrange a relevância, confiabilidade e compreensibilidade (Langella et al., 2021; Platt Neto et al., 2006). Desse modo, cidadãos, ao possuírem informação transparente, apresentam condição mínima para avaliar e validar as ações desenvolvidas pelos governantes (Hood, 2010).

Portanto, espera-se que os entes governamentais, ao utilizarem bens e recursos públicos, forneçam informações precisas e tempestivas para aqueles que estão alheios ao governo, tornando viável o monitoramento e a avaliação da utilização desses bens e recursos, promovendo o exercício da cidadania participativa (Nistor et al., 2019; Oliveira et al., 2020).

Ante o exposto verificado na literatura, constata-se que a transparência é fundamental para assegurar que o governo preste contas aos seus cidadãos, também ajude a promover a democracia e a boa governança. Existem várias formas de garantir a transparência, isso inclui fornecer informações de como os entes públicos realizam suas ações e como utilizam seus recursos através de relatórios contábeis.

2.2 Evidenciação da Informação Contábil no Setor Público

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) passou por transformações, decorrente do processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*). A CASP busca trazer, a partir de um alinhamento da abordagem entre a boa governança e a Nova Gestão Pública (NGP), a reformulação de conceitos e diretrizes contábeis para melhorar a gestão das finanças públicas (Brusca & Martínez, 2016). Aumentar a promoção da prestação de contas e da transparência pública, dando destaque às informações orçamentárias e financeiras governamentais (Castañeda-Rodríguez, 2022; Gómez-Villegas et al., 2020).

O processo de convergência, no Brasil, trouxe uma nova configuração para a evidenciação das informações contábeis (Marques et al., 2020). O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu, em 2016, a NBC TSP - EC Estrutura Conceitual, considerada a primeira norma convergida no setor público brasileiro (Abreu & Filho, 2017; Lima & Lima, 2019). Esse normativo prevê que a evidenciação das informações contábeis permitirá que os entes governamentais sejam avaliados quanto aos serviços prestados, à aplicação dos recursos públicos e à sustentabilidade financeira (CFC, 2016).

Iudicibus (2021), no contexto da contabilidade societária, esclarece que a essência da evidenciação da informação contábil é apresentar, de forma qualitativa e quantitativa, diferentes informações aos mais variados tipos de usuários, de modo que propicie uma base capaz de auxiliar na compreensão e qualidade da informação. A evidenciação na contabilidade pública vai no mesmo sentido, ao permitir o acompanhamento e avaliação da prestação de serviços e os resultados (CFC, 2016). Nesse sentido, Avelino et al. (2012) expõem que a evidenciação da informação contábil auxilia a entidade a permanecer inserida no processo de legitimidade perante à sociedade, pois a informação contribui para que os cidadãos atuem vigilantes aos valores e regras que os entes governamentais devem seguir.

A materialização da evidenciação contábil ocorre por intermédio das demonstrações contábeis e emissão dos demais relatórios fornecidos pela contabilidade (Augustinho et al., 2015; Silva Neto et al., 2015), que, de forma estruturada apresenta qualitativamente e quantitativamente a informação (Santos Filho et al., 2022), cujo conteúdo deve estar em constante melhoria, assim como, a sua divulgação (Yusuf & Jordan, 2015).

De acordo com a NBC TSP EC as demonstrações contábeis, notas explicativas e demais relatórios contábeis estão inseridos no que a norma denominou de Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs). Os RCPGs buscam fornecer informações aos usuários com o objetivo de prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão, apresentando-se como instrumento central à transparência da informação contábil (CFC, 2016).

2.2.1 Características Qualitativas e o Processo de Comunicação Contábil

Para que os objetivos dos RCPGs sejam atingidos, as informações contábeis devem apresentar características qualitativas que as tornem úteis, de forma que, atendam às necessidades de informações dos usuários dos serviços e provedores de recursos, considerados usuários primários da informação. Além disso, também podem apresentar informações úteis a outros usuários, como mídia, com seus jornais e telejornais, analistas, consultores financeiros, dentre outros, que utilizam as informações para atender suas necessidades específicas (CFC, 2016).

De acordo com Dewi et al. (2019) as características qualitativas, presentes nas demonstrações contábeis, visam dar maior qualidade e respaldo à informação contábil, visto que, são pré-requisitos essenciais para atingir a qualidade que se pretende alcançar. Consideradas essenciais para tornar a informação contábil útil, as características qualitativas fornecem subsídios

ao cumprimento dos objetivos da informação contábil, além de conferirem utilidade e credibilidade aos usuários da informação (CFC, 2016; Ribeiro et al., 2021).

Seguindo as premissas da NBC TSP EC, as características qualitativas são divididas em seis categorias: relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade. Para melhor entendimento, o Quadro 01 apresenta cada característica qualitativa com a correspondente definição.

Quadro 01 - Características qualitativas da informação contábil

Característica Qualitativa	Definições
Relevância	As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
Representação Fidedigna	Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
Compreensibilidade	É a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. Os RCPGs devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.
Tempestividade	Significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (<i>accountability</i>) e tomada de decisão.
Comparabilidade	É a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade da relação entre dois ou mais itens de informação.
Verificabilidade	É a qualidade da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

Fonte: NBC TSP Estrutura Conceitual (CFC, 2016).

Todas as características qualitativas da informação contábil são consideradas relevantes e reúnem aspectos que se complementam; na prática, porém, pode ser que não seja possível alcançar todas essas características, dessa forma, deve haver um equilíbrio ou compensação entre elas (CFC, 2016). Abreu e Filho (2017) ressaltam que a utilidade da informação contábil para os usuários está estreitamente relacionada à compreensibilidade.

Van Helden e Reichard (2019) corroboram o apontamento ao sugerirem que as características qualitativas mais significativas, sob o ponto de vista da utilidade para os usuários, são a relevância e a compreensibilidade, pois apresentam como foco a tomada de decisão e prestação de contas, respectivamente.

Ao analisar a compreensibilidade de usuários, acerca das informações apresentadas nos relatórios financeiros, estudos apontam para dificuldade da compreensão dessas informações, principalmente, devido à terminologia utilizada, que normalmente é considerada muito técnica ao

perfil do usuário da informação (Messias et al., 2018).

Gallon et al. (2011), por exemplo, averiguaram o grau de compreensibilidade dos usuários, de um município gaúcho, sobre os seguintes relatórios contábeis: execução orçamentária, do limite da dívida e de despesas com pessoal. Constatou-se que os cidadãos não conseguiram compreender com clareza o que os relatórios pretendiam representar. Os autores, seguindo os apontamentos dos respondentes da pesquisa, destacam a necessidade de evidenciação de informações em formato simplificado e não de cunho extremamente técnico.

Também na direção de verificar a compreensibilidade das informações contábeis, Augustinho et al. (2015) investigaram o nível de entendimento dos cidadãos sobre as informações contidas em demonstrações contábeis, através de pesquisa documental e aplicação de questionário a líderes comunitários, denominados como usuários médios da informação contábil, na cidade de Curitiba. Nos achados da pesquisa, restou concluído que grande parte dos respondentes não conseguiram compreender de forma correta as informações dos relatórios. Assim, Augustinho et al. (2015) apontam que a melhoria da compreensão dos usuários pode ser ampliada com a adequação dos termos utilizados nos relatórios contábeis e, além disso, à necessidade de complementar com explicações e interpretações os resultados que se pretende transmitir.

Camacho (2019) analisou a compreensibilidade e legibilidade das informações contábeis também a partir da percepção de usuários dessas informações. O estudo contou com a participação de 653 respondentes, sendo consideradas válidas 415 respostas. O resultado da pesquisa evidenciou uma relação significativa entre a legibilidade, o nível de escolaridade e a compreensibilidade. Quanto maior o grau de estudo, maior a compreensão das informações. Outro destaque é o apontamento acerca da necessidade de melhoria na qualidade da informação apresentada.

Segundo Camacho (2019) a elaboração e apresentação de relatórios distintos, com a utilização de elementos em linguagem simples (*plain language*), podem ser elementos facilitadores para a melhoria da compreensibilidade e legibilidade das informações contábeis.

Langella et al. (2021) investigaram a influência da transparência da informação financeira sobre a compreensibilidade dos usuários e verificaram se essa compreensibilidade induz a participação pública de acordo com as informações apresentadas em relatórios financeiros. Utilizaram como variáveis explicativas o esclarecimento do conteúdo e o formato de apresentação. O estudo envolveu cento e cinquenta e oito estudantes das faculdades da Massey University em Palmerston North, Nova Zelândia.

Os resultados indicaram que a melhoria do conteúdo apresentado, com os devidos esclarecimentos sobre os termos técnicos utilizados e de forma objetiva, impactam positivamente na compreensão dos usuários. Quanto à influência da compreensibilidade na transparência para indução à participação pública, foi sugerido que os maiores índices de participação pública ocorreram nos indivíduos que entenderam melhor o assunto.

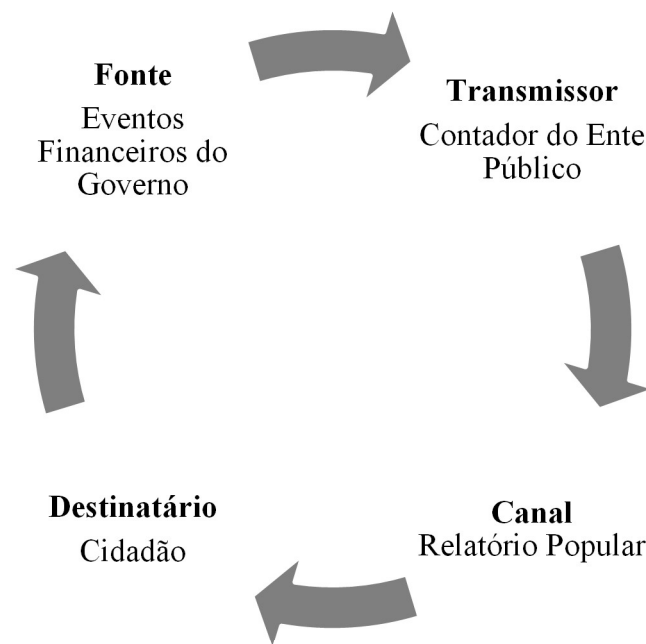
Nesse contexto de comunicação contábil, Iudícibus et al. (2005) asseveram que, antes dos objetivos da contabilidade serem atingidos, o processo de comunicação deve ser efetuado com uma linguagem clara, para que permita ao usuário reconhecer a mensagem transmitida com melhor nitidez. Borges et al. (2020) destacam que até mesmo os órgãos reguladores observaram para o não cumprimento adequado dos requisitos básicos da comunicação, devido, principalmente, ao excesso de informações nos relatórios, o que leva o usuário a não compreender as informações apresentadas.

Partindo do pressuposto de que a informação contábil está inserida em um processo de comunicação, os conceitos da Teoria da Comunicação podem ser utilizados para o aprimoramento desse processo da comunicação na contabilidade (Bedford & Baladouni, 1962; Borges et al., 2020; Dias Filho & Nakagawa, 2001). A Teoria da Comunicação teve como precursor o estudo efetuado por Shannon (1948), apresentando como foco a aplicação conceitual no campo das telecomunicações. O autor buscou descrever o sistema de comunicação em que a informação é considerada o elemento central (Bedford & Baladouni, 1962; Dias Filho & Nakagawa, 2001; Rodrigues et al., 2021; Ross, 2016).

A partir dessa perspectiva, Bedford e Baladouni (1962) desenvolveram um modelo matriz de comunicação contábil, em que o processo comunicativo é composto por quatro elementos: os eventos econômicos, o contador, os relatórios contábeis e os usuários. Por ajudar a aprimorar o processo de comunicação contábil, essa proposta foi utilizada em diversos estudos (Dias Filho & Nakagawa, 2001).

Relacionando os aspectos do processo de comunicação ao *popular financial reporting*, Rodrigues et al. (2021) adaptou o sistema de comunicação contábil abordado por Dias Filho e Nakagawa (2001). As autoras incluíram como “canal”, que é o meio utilizado para transmitir a mensagem, o relatório popular, conforme pode ser observado na Figura 02, a seguir:

Figura 02 – Processo de comunicação com o PFR



Fonte: Rodrigues et al. (2021, pág. 11).

Segundo Dias Filho e Nakagawa (2001), a abordagem sistêmica procura entender os problemas que se associam ao processo de comunicação entre o emissor e o destinatário das informações. Dessa forma, observa-se que a comunicação é considerada eficaz quando os usuários puderem compreender os eventos que ocorreram (Ross, 2016).

A contabilidade, a partir de seu prisma comunicativo e evolutivo, apresenta dimensões e direções que permitem avaliar o desempenho econômico-financeiro e social das entidades, essenciais para tomada de decisão e prestação de contas perante a sociedade (Iudícibus et al., 2005). Assim, a informação contábil deve ser apresentada a seus usuários em um processo que entenda o significado das informações.

2.3 Popular Financial Reporting (PFR) – Origem, Aplicações e Utilidade

A origem do *popular financial reporting* remete à década de 1990, nos EUA e Canadá, com o aparecimento de um movimento que buscou desenvolver e publicar relatórios alternativos de fácil leitura e descomplicado, voltados aos cidadãos. Seus idealizadores foram o *Governmental Accounting Standards Board* (GASB), a *Association of Governmental Accountants* (AGA) e o *Government Finance Officers Association* (GFOA) (Biondi & Bracci, 2018; Cohen & Karatzimas, 2015; Montesinos & Brusca, 2019).

A *Government Finance Officers Association* (GFOA) incentivou os governos a produzir relatórios populares financeiros a partir dos relatórios financeiros anuais, através de um programa

que premiasse esses relatórios financeiros populares, denominado de Programa de Prêmios de Relatórios Financeiros Anuais Populares (PAFR). O intuito foi de melhorar a qualidade dos relatórios financeiros para que esses fossem acessíveis e de fácil compreensibilidade ao público que não possui experiência em finanças públicas (GFOA, 2020).

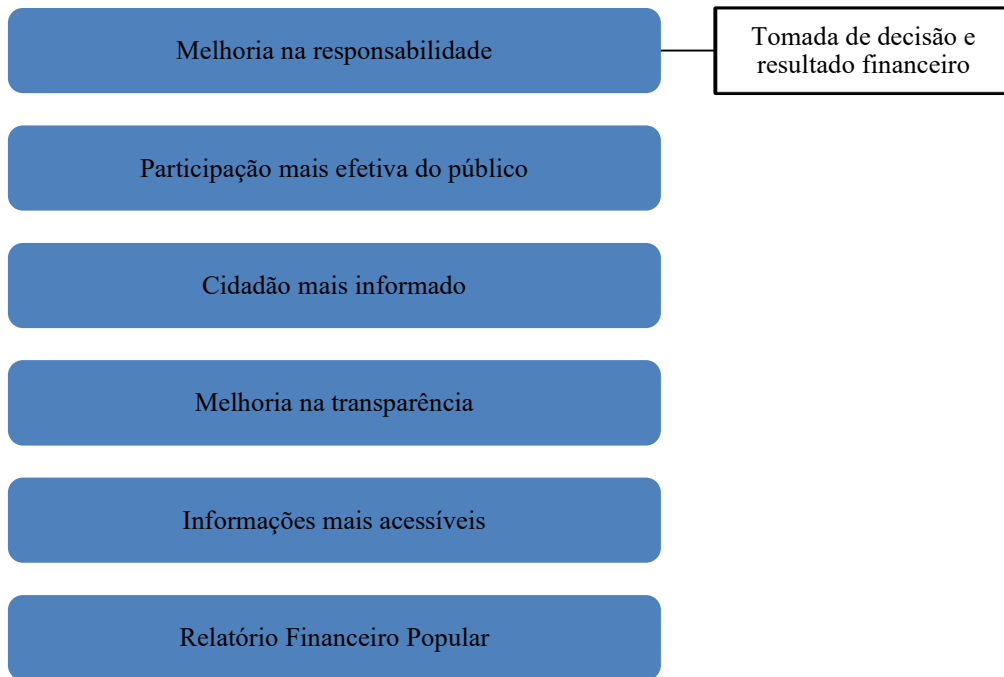
Ainda de acordo com o GFOA (2020) os relatórios anuais produzidos e apresentados conforme preceitua o *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP), conhecidos por Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, são muito abrangentes e com um elevado nível de detalhamento que atendem principalmente àqueles que tomam decisão e para cumprir as obrigações legais. Todavia, devido ao nível de complexidade das informações pode haver o desinteresse dos usuários que não possuem conhecimento acerca do assunto. Assim, o GFOA estimula que os relatórios financeiros sejam complementados por relatórios com menor complexibilidade e maior simplicidade, os denominados “relatórios populares” (GFOA, 2020).

Para Yusuf et al. (2013) o surgimento do PFR emparelha-se às preocupações que se revelam com os relatórios tradicionais, emitidos pelos entes governamentais. Apesar de esses relatórios serem considerados completos e com diversas informações, não possibilitam aos usuários em geral uma compreensão total das informações. Os autores salientam que o fornecimento de informações através desse tipo de relatório popular facilita a comunicação existente entre o ente governamental e os cidadãos.

Segundo Jordan et al. (2016) os relatórios tradicionais são voltados ao público em geral, porém possuem uma finalidade adicional para aqueles que possuem algum conhecimento sobre orçamento e finanças, como os analistas financeiros, credores, governos e outros profissionais. Já o *popular financial reporting* é orientado ao cidadão que não possui expertise no assunto. Assim, os relatórios populares buscam transmitir informações em um formato compreensível, de forma clara, concisa e amigável (Cohen et al., 2017).

Yusuf et al. (2013) esclarecem que o fluxo da conexão entre o PFR e a informação contábil, por ele evidenciada, reforça os aspectos da *accountability*, da participação popular, da transparência governamental, além de proporcionar melhoria na tomada de decisão, conforme pode ser observado na Figura 03.

Figura 03 – *Accountability*, Participação Pública, Transparência e *Popular Financial Reports*



Fonte: Adaptado de Yusuf et al. (2013, pág. 108)

As interações apresentadas, através dos aspectos evidenciados na figura acima, induzem à tomada de decisão e o resultado financeiro, que serão comunicados por intermédio do PFR (Yusuf et al., 2013). Para Cohen & Karatzimas (2015), além dos artefatos tradicionais de prestações de contas e relatórios contábeis vigentes, existe a necessidade de que sejam emitidos relatórios alternativos com uma linguagem de forma simplificada e neutra, em que utilizam informações provenientes dos demonstrativos contábeis. Nessa linha, emitir relatórios voltados ao fortalecimento da prestação de contas e melhoria da transparência, como é o caso do PFR, pode ser considerado um ponto inicial ao envolvimento do cidadão nas ações dos entes públicos (Manes-Rossi et al., 2019).

Dessa forma, dada a importância das informações apresentadas e pertencentes aos relatórios populares, decorrente da sua contribuição singular à transparência e legitimação das ações governamentais, a *Association of Government Accountants (AGA)* identificou o PFR como um instrumento que se encontra no topo da pirâmide da prestação de contas pública ao cidadão (Biancone et al. 2019; Manes-Rossi et al., 2019).

Portanto, observa-se que o surgimento do PFR visou buscar maior aproximação entre os entes públicos e os cidadãos, uma vez que, as suas informações são elaboradas para serem evidenciadas de forma que as tornem de fácil compreensão e inteligíveis ao cidadão sem conhecimento contábil. Assim, pode ser considerado um relatório fundamental para a transparência e prestação de contas.

2.3.1 Contexto de Estudos sobre o PFR

Neste tópico, serão apresentados estudos anteriores, no contexto internacional e nacional, relacionadas ao PFR que balizaram o presente estudo. Iniciando-se, a seguir, com pesquisas externas.

a) Pesquisas no âmbito externo sobre PFR

Em uma análise das práticas de elaboração dos relatórios financeiros populares Yusuf et al. (2013) atualizaram a pesquisa de Carpenter e Sharp (1992) ao abordarem as principais práticas de elaboração dos relatórios financeiros nos governos locais nos EUA, tendo como amostra 145 cidades e condados, no ano de 2010. Os autores buscaram descobrir, através de questionário enviado aos responsáveis pelas informações nas cidades e condados, as principais razões para a implementação do PFR, sejam elas através da transparência da informação, da *accountability* ou envolvimento do cidadão.

Os resultados mostraram que 87,1% dos respondentes alegaram elaborar o PFR para deixar os usuários informados sobre as finanças do governo. 79,4% informaram que esse relatório busca melhorar a transparência das finanças públicas, enquanto 51,3% informaram buscar o apoio dos cidadãos ao governo com a divulgação desses relatórios. Assim, os autores constataram que a principal razão para a emissão dos relatórios, segundo os respondentes da pesquisa, é melhorar a transparência pública e prestação de contas e, de certa forma, buscar o envolvimento dos cidadãos nas questões do governo.

Dando continuidade ao estudo de Yusuf et al. (2013), Yusuf e Jordan (2015) analisaram as motivações dos governantes estaduais a implementarem o PFR e indagaram grupos focais de cidadãos – profissionais de finanças dos entes. Concluído o estudo, os autores verificaram que, segundo os apontamentos dos grupos focais de cidadãos, que os relatórios populares são elaborados, principalmente, para manter os cidadãos informados das finanças dos entes, melhorar a transparência das finanças públicas, maior responsabilidade para com os cidadãos e aumentar o apoio às ações do governo. Além disso, observaram que os relatórios, para atingir seus objetivos, devem ser exibidos de forma curta e acessível, contendo informações que se relacionam à comunidade e apresentados em formato visual que possa atrair os cidadãos.

Jordan et al. (2016) analisaram, através de um índice de transparência fiscal para o cidadão, se com a utilização do PFR a transparência fiscal foi alcançada no cenário dos EUA. Para mensurar a transparência foram estabelecidos 23 critérios para análise do conteúdo exposto em 17 relatórios

financeiros populares e 4 relatórios centrados no cidadão. As evidências na investigação expressaram que os governos estudados apresentaram as informações de forma acessível e compreensiva, seguindo a literatura para elaboração dos relatórios populares financeiros. Segundo os pesquisadores, denota-se o esforço dos entes públicos para emissão de relatórios transparentes.

Biancone et al. (2016) analisaram como o PFR auxilia na transparência, na prestação de contas públicas e, ainda, sobre aspectos de clareza, completude e compreensibilidade dos relatórios, de acordo com a percepção dos usuários da informação baseados em uma amostra de 749 cidadãos. O estudo é fundamentado na experiência de Turim, primeira cidade Europeia a utilizar e publicar o PFR.

Para 96,17% dos respondentes os relatórios foram considerados de fácil compreensão e 76,75% consideraram o *design* gráfico atraente. Para 60,45% o relatório dispõe de informações claras e abrangentes e portanto, de forma geral os resultados constataram que os cidadãos aprovaram o PFR como meio importante de comunicação transparente e compreensível para fins de prestação de contas.

Cohen et al. (2017) buscaram avaliar se o interesse do cidadão pelos relatórios populares é determinado de acordo com o formato que é apresentado nesses relatórios e não apenas pelo conteúdo. Elaboraram três formatos diferentes de relatórios financeiros: PDF tradicional, *flipping book* e *website*. Para avaliação do formato utilizaram questionário com um conjunto de aspectos e informações comuns aos três relatórios, seguindo a premissa de que um melhor formato para apresentação e divulgação das informações atende de forma mais significativa aos pressupostos de melhor responsabilidade e transparência pública.

Os resultados apontaram que o formato *flipping book*, em todos os quesitos, recebeu as menores pontuações. Examinando o uso do *website* em relação ao formato tradicional em PDF, constata-se que o *website* é o modelo preferido para utilização pelos respondentes da pesquisa. Dessa forma, o formato *website* pode auxiliar na melhoria e qualidade da apresentação dos relatórios populares quando comparado aos outros modelos. Além disso, o estudo evidencia a importância do uso da tecnologia como meio para tornar as informações financeiras, através dos relatórios populares, mais chamativas e compreensivas aos cidadãos.

Biondi e Bracci (2018) efetuaram, no contexto italiano, uma análise comparativa de três relatórios públicos para fins de prestação de contas, sendo: relatório de sustentabilidade, relatório financeiro popular e relatório integrado. Os autores buscaram analisar e destacar as principais semelhanças e diferenças dos relatórios e discorrer sobre a evolução desses relatórios, com o

intuito de entender se os três relatórios apresentam informações semelhantes e se atingem os mesmos objetivos.

Os achados da pesquisa de Biondi e Bracci (2018) evidenciam, quanto aos objetivos, que os três relatórios buscam atender às necessidades informacionais dos usuários de diferentes formas, sendo essenciais para a transparência e a prestação de contas. No que tange à elaboração, indicam que os relatórios se utilizam de princípios semelhantes, embora os princípios do PFR sejam mais amplos e orientados à prática, permitindo maior flexibilização.

Depreende-se no estudo que o relatório de sustentabilidade e o relatório integrado compartilham de maior número de informações em comum do que o *popular financial reporting*, o que pode ser explicado pela sua característica para elaboração, pois esse último apresenta como direcionamento que as informações sejam claras, concisas e de fácil leitura.

A fim de verificar as necessidades de informações financeiras e quais características os cidadãos gostariam que fossem disponibilizadas nos relatórios populares, Yusuf e Jordan (2012) realizaram uma pesquisa com grupos focais de cidadãos nos Estados Unidos. O resultado da pesquisa demonstrou que as fontes de receitas, a realização das despesas e o desempenho econômico-financeiro dos entes são os itens que mais interessam aos cidadãos. Quanto às características, os relatórios populares, segundo os respondentes, devem ser curtos, com visual atraente e acessíveis à comunidade.

Também sobre o conteúdo e as características do PFR Manes-Rossi et al. (2019) exploraram os relatórios publicados em 180 municípios norte-americanos que foram premiados pela GFOA, no ano de 2016. Foram utilizadas como referência as diretrizes do modelo de PFR proposto pelo GFOA. A análise inicial contou com 51 elementos que foram divididos em áreas principais. Dentre as características que se destacaram observam-se as informações sobre o desempenho econômico-financeiro, a governança, os objetivos do relatório e a infraestrutura. Na pesquisa, foi possível identificar as principais características e os elementos do conteúdo que são apresentados em comum nos relatórios financeiros populares. Dessa forma, segundo os autores, o estudo pode balizar pesquisas futuras e aplicação prática para elaboradores dos relatórios.

Biancone et al. (2019), de forma semelhante, examinaram as principais características e conteúdo do PFR que receberam o prêmio do programa organizado pela GFOA, porém a pesquisa englobou as cidades americanas e canadenses no ano de 2017. Após revisão dos aspectos teóricos, os autores identificaram 48 características aplicáveis aos relatórios financeiros populares, sendo que nem todas estavam presentes nos relatórios que, segundo os autores, podem acarretar em uma

possível falta de transparência e responsabilização. Biancone et al. (2019) concluem apontando para a necessidade de estudos posteriores para explorarem as variadas características desses relatórios na aplicação prática para melhor entendimento, difusão e utilidade.

Del Gesso e Romagnoli (2020) analisaram a disponibilidade, acessibilidade e compreensibilidade dos relatórios financeiros, especificamente o Relatório Simplificado para o Cidadão (RSC). No estudo de Del Gesso e Romagnoli (2020) foram verificadas 20 regiões, 107 províncias e todos os 47 municípios italianos com mais de 100 mil habitantes e 198 municípios com menos de 100 mil habitantes. Apesar da obrigatoriedade da implementação, constatou-se que houve a disponibilização e publicação dos relatórios da seguinte forma: 35% nas regiões, 15,9% das províncias, 24,4% dos grandes municípios e 5,1% dos municípios de pequeno porte.

Quanto ao grau de compreensibilidade, Del Gesso e Romagnoli (2020) apontaram para a necessidade de melhoria nos relatórios, principalmente devido alguns municípios menores não simplificarem e adicionarem informações explicativas. Para os autores as principais causas possíveis são a escassez de recursos, incluindo pessoal em municípios menores, e as inúmeras exigências legislativas introduzidas pela recente reforma. Assim, os autores apontam para maior necessidade de práticas populares para implementação e difusão dos relatórios centrados no cidadãos.

b) Pesquisas no âmbito brasileiro sobre PFR

No contexto brasileiro, pesquisas que tratam dos relatórios financeiros populares ainda são pouco exploradas (Rodrigues et al., 2021). A seguir estão apresentadas as pesquisas de Leite (2019), Cabral e Aquino (2020) e Martins e Lima (2021), desenvolvidas cuja temática aborda os relatórios populares.

Leite (2019) investigou o nível de compreensibilidade dos usuários da informação contábil, tanto os que detêm conhecimento técnico quanto os que não possuem esse conhecimento, através de comparação entre o relatório contábil tradicional e relatório popular. Para a consecução dos objetivos da pesquisa foi utilizado questionário, que apresentou como público-alvo alunos de graduações e especializações em instituições de ensino públicas e particulares, nos estados de Alagoas e Paraíba.

Os resultados da pesquisa de Leite (2019) apontaram que tanto para o cidadão com conhecimento contábil quanto para o cidadão sem conhecimento o relatório popular apresentou melhor opção que o relatório tradicional para fins de compreensibilidade. Assim, segundo a autora, os relatórios populares são vistos como boa opção para melhorar a compreensibilidade e, além

disso, sugere que estudos futuros analisem a forma de apresentação e o uso de meios tecnológicos para esses objetivos de melhoria da informação.

Com a utilização de um equipamento de rastreamento ocular Cabral e Aquino (2020) realizaram um experimento, no intuito de verificar os aspectos de legibilidade e o nível de compreensão dos leitores sobre as informações apresentadas nos relatórios populares governamentais. Para mensurar a compreensão foi analisado o movimento ocular durante a leitura. Os testes pretendiam observar a complexidade sintática e sofisticação lexical e presença de jargões contábeis, tanto nos textos quanto nas tabelas utilizadas nos relatórios. A pesquisa ratifica a literatura de que a não utilização de linguagem simples e o uso de termos técnicos dificulta a compreensão das informações e, além disso, exemplos práticos ajudam a interpretação.

Martins e Lima (2021) analisaram os diferentes tipos de PFR e suas principais características. As autoras destacaram quatro requisitos de maior recorrência nos relatórios, que os tornam mais elegíveis: conformidade com os princípios contábeis, relatórios auditados, conteúdo dos relatórios e informações sobre *feedback* das informações. A partir da análise e discussão efetuada, sugeriu-se um modelo conceitual, tendo por base sete prêmios/certificados internacionais, apresentando nove características que os autores consideraram como requisitos relevantes para a legibilidade das informações.

Dado o exposto pela literatura, constata-se que o PFR é um importante meio para verificação de como os recursos públicos estão sendo utilizados, análise de desempenho das entidades governamentais, a condição financeira em que se encontra a instituição, como estão se desenvolvendo as políticas públicas e a transparência dos atos públicos. Enfim, uma gama considerada de informações prestadas à sociedade de forma clara, que pode ajudar o cidadão a entender as ações desenvolvidas pelo setor público.

2.3.2 Características Fundamentais para Elaboração do Popular Financial Reporting

A partir da investigação efetuada na literatura sobre o PFR, foi possível identificar as características predominantes e que foram destacadas no relatório. Dessa forma, essas características serão abordadas no decorrer deste tópico, para que ao final do estudo se tenha uma proposta de estrutura de relatório embasada no arcabouço dos principais estudos sobre o assunto.

Inicialmente, foi observado na literatura que o relatório precisa trazer informações que indiquem o *contexto inicial* do ambiente em que o ente está envolvido e o escopo do que será abordado no relatório. Para isso, essas informações precisam declarar os principais aspectos do

relatório e do ente governamental, tais como a missão do ente, os valores e objetivos estratégicos, a visão geral do relatório e objetivos do relatório (AGA, 2022; Aversano et al., 2019; Biancone et al., 2019; GFOA, 2020; Hermann, 2011; Jordan et al., 2016)

Em seguida, constatou-se que é fundamental verificar quais informações precisam constar nos relatórios, pois não são todas as informações que são trazidas ao relatório, mas sim, as *informações essenciais*. A literatura descreve que as informações constantes no PFR devem ser as principais informações financeiras de receitas e despesas, visão geral de desempenho econômico-financeiro, resultados dos principais serviços e aquisições, investimentos realizados, informações comparativas, desafios para atingir objetivos propostos (AGA, 2022; Aversano et al., 2019; Biancone et al., 2019; GFOA, 2020; Hermann, 2011; Jordan et al., 2016; Martins & Lima, 2021; Stanley, 2008; Yusuf & Jordan, 2012).

Posteriormente, observou-se que é preciso identificar qual a forma de apresentação por meio da qual o conteúdo do relatório será melhor refletido. Estudos demonstraram que para atender as necessidades dos usuários e melhorar a compreensibilidade, as informações do PFR devem ser *atrativas* ao usuário. Portanto, devem utilizar tabelas e recursos gráficos, fotos e imagens, evitar o uso de termos técnicos, explicação de termos e siglas, textos redigidos de forma concisa e clara, ser acessíveis e compreensíveis (Aversano et al., 2019; Biancone et al., 2019; Cohen & Karatzimas, 2015; Del Gesso & Romagnoli, 2020; GFOA, 2020; Hermann, 2011; Jordan et al., 2016; Stanley, 2008; Yusuf & Jordan, 2012).

Para Langella et al. (2021) a forma de apresentação dos relatórios, ao incluir recursos visuais, melhoram significativamente a compreensão dos usuários. Destaque-se que um *layout* atrativo com um visual apelativo pode ser um fator chamativo ao cidadão (Hermann, 2011; Jordan et al., 2016; Yusuf & Jordan, 2012).

Em adição, buscou-se na literatura descobrir qual o formato que é mais utilizado, sob a ótica dos usuários da informação. Nesse aspecto, o formato melhor é considerado como *acessível* aos usuários disponibilizados através de *website*, sendo o mais indicado pelos cidadãos (Aversano et al., 2019; Cohen et al., 2017).

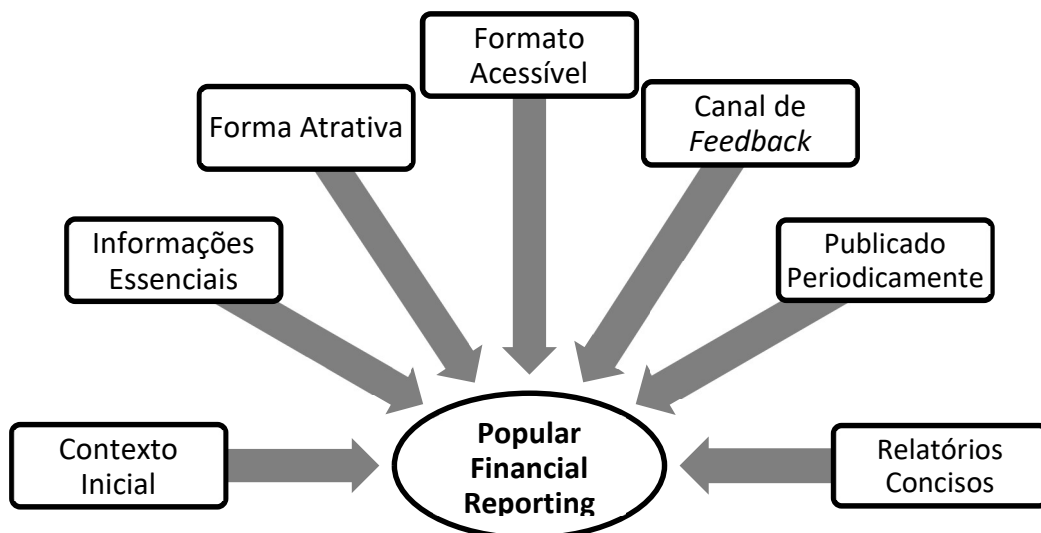
Um dos aspectos que podem trazer maior conectividade entre a participação do cidadão e as iniciativas efetuadas pelos entes públicos é a abertura ao diálogo, que pode ser efetuado por meio de um *canal de feedback*, que pode ser utilizado para que o cidadão consiga obter informações adicionais, pesquisas de opinião ou respostas às dúvidas (Aversano et al., 2019; GFOA, 2020; Jordan et al., 2016; Manes-Rossi, 2019; Martins & Lima, 2021).

Outra característica relevante é a periodicidade da divulgação do relatório. Estudos apontam para períodos diferentes tanto para fins de elaboração como divulgação, podendo ser anual (ou maior), semestral, trimestral ou mensal. Para Jordan et al. (2016) e o GFOA (2020) o relatório deve ser anual com a divulgação em até 06 meses do término do exercício. Bota (2020) e Oliveira (2016) apontam para a elaboração e divulgação trimestral. Em resumo, a conclusão é que os relatórios devem ser *periodicamente publicados*.

Quanto ao tamanho dos relatórios, há um consenso de que devem ser *concisos* e com informações resumidas. Yusuf e Jordan (2012) expressam que o comprimento dos relatório não pode ultrapassar oito páginas. Já Biancone et al. (2017) informaram que, no contexto americano e canadense, em muitos casos, os relatórios contêm entre uma e 12 páginas. A AGA (2022) incentiva a elaboração dos relatórios com apenas quatro páginas. Dessa forma, encoraja-se os profissionais que elaboram esses relatórios a seguirem com formato concisos e objetivos não ultrapassando 12 páginas.

Ao se elaborar relatórios populares, os entes passaram pelo desafio de torná-los atraentes ao público (Jordan et al., 2016). De acordo Herrmann (2011) quando o PFR é bem apresentado e estruturado pode atrair a atenção de diversos usuários, o que pode ser considerado um meio auxiliar para criação de uma identidade organizacional que favorece a instituição. Nesse sentido, a partir dos estudos abordados, chega-se a 07 características encontradas na literatura que podem tornar o *popular financial reporting* eficaz e agregar valor à qualidade da informação contábil. Demonstra-se, na Figura 04, essas características relacionadas ao relatório.

Figura 04 – Características fundamentais para elaboração do *popular financial reporting*



Fonte: Elaborado pelo autor.

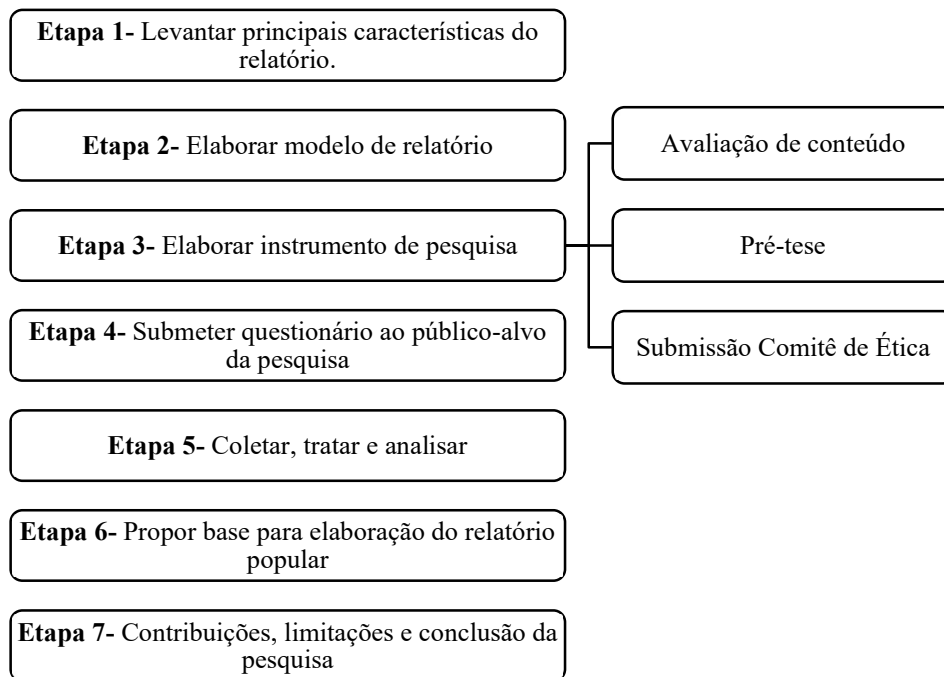
A ilustração acima (Figura 04) evidencia de forma resumida as principais características que compõem o PFR a fim de que as universidades brasileiras possuam subsídios e consigam implementar de forma satisfatória o relatório. Tudo isso para que os cidadãos, sem conhecimento ou com pouco conhecimento na área contábil, consigam compreender as informações reportadas por essas instituições.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Desenvolvimento da Pesquisa

O presente estudo busca analisar as contribuições na melhora da compreensão dos usuários da contabilidade de universidades públicas brasileiras sobre a informação contábil evidenciada no PFR. A Figura 05 demonstra, de forma resumida, os passos seguidos para atingir tal objetivo.

Figura 05 – Desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se, na Figura 05, que a partir de uma investigação inicial, levantam-se as principais características dos relatórios, segundo a literatura sobre o assunto e os modelos existentes, conforme observado no item 2.3.2 Características fundamentais para elaboração do *popular financial reporting*. Tal verificação resulta na elaboração de um relatório com sete características essenciais que podem tornar o relatório eficaz (Apêndice C).

Após a elaboração do relatório, as informações submetidas foram apresentadas através de

questionário (item 3.2 Instrumento de Pesquisa) e a uma avaliação de conteúdo para que especialistas fizessem análise/revisão qualitativa do conteúdo apresentado. No passo seguinte procedeu-se a um pré-teste com quatro respondentes. O pré-teste buscou averiguar as possíveis falhas e/ou melhorias, através da análise e sugestões dos respondentes, a fim de mitigar riscos que podem prejudicar o andamento da pesquisa.

Destaque-se que, para seguir o que prescreve a Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as diretrizes e normas que regulamentam pesquisas que envolvem seres humanos, o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa na Universidade Federal de Goiás – CEP/UFMG, que também encaminhou ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Pará – CEP/UFPA (projetos nº 59264822.9.0000.5083 e 59264822.9.0001.0018), sendo “Aprovado” em ambos os Comitês.

Realizados os ajustes pertinentes, o questionário foi submetido ao público-alvo da pesquisa, no intuito de entender a percepção dos respondentes sobre a compreensibilidade da informação contábil evidente no PFR em comparação ao modelo tradicional.

Após a coleta, os dados foram tratados e interpretados (item 3.5 Análise de Dados) para identificar a percepção dos usuários sobre as contribuições do PFR na compreensibilidade das informações apresentadas no modelo de relatório tradicional e no modelo de PFR. Na sequência foi elaborada a proposição de uma base para elaboração e apresentação do relatório e, por conseguinte, as contribuições, limitações e considerações finais da pesquisa.

3.2 Instrumento de Pesquisa

O instrumento da pesquisa utilizado para coleta de dados é um questionário com questões abertas e fechadas, em formato on-line, através da ferramenta de formulário do Google (Apêndice A).

Para a construção do questionário, no que tange às questões 6 a 23, foram elaborados dois relatórios contábeis distintos, o modelo tradicional identificado como “modelo 1” (Apêndice B) e outro relatório no formato de PFR chamado de “modelo 2” (Apêndice C). Destaca-se que na elaboração do PFR, buscou-se reunir as características estudadas no item 2.3.2.

Tal instrumento foi estruturado em três blocos de questões detalhados, a seguir:

a) o primeiro bloco de questões (Q1 a Q5) decorrem de perguntas sobre a posição que o respondente ocupa na instituição: gênero, faixa etária, escolaridade, autoconhecimento em contabilidade;

b) o segundo bloco de questões (Q6 a Q15) são perguntas direcionadas a compreensibilidade da informações evidenciadas em dois modelos de relatórios distintos.

c) o último o bloco de questões (Q16 a Q23) remete aos aspectos relacionados aos dois modelos de relatórios, tais como: linguagem utilizada, conteúdo e forma de apresentação; ainda, averigua-se a opinião sobre a periodicidade e o meio para divulgação dos relatórios e, uma última questão (Q23), sobre sugestões e/ou melhorias que podem ser acrescentadas aos relatórios.

O Quadro 02, a seguir, busca sintetizar o que foi exposto anteriormente sobre a estrutura e apresenta os objetivos de cada bloco do instrumento de pesquisa.

Quadro 02 – Estrutura e objetivos do instrumento de pesquisa

Blocos	Objetivo	Questão	Autores Base
Bloco 01 – Caracterização do perfil dos respondentes da pesquisa	Verificar posição na instituição; gênero; faixa etária; escolaridade; autoconhecimento em contabilidade	Q1 a Q5	Biancone et al. (2016); Bota (2020); Cohen et al. (2017); Camacho (2019); Gallon et al. (2011); Leite (2019) Langella et al. (2021); Oliveira (2016); Yusuf et al. (2013).
Bloco 02 - Quanto à compreensibilidade das informações do relatório tradicional e do <i>popular financial reporting</i>	Analisar a percepção sobre a compreensibilidade das informações	Q6 a Q15	
Bloco 03 – Aspectos dos relatórios	Investigar a percepção acerca do conteúdo, forma, formato, prazos, meios de divulgação e sugestões	Q16 a Q23	

Fonte: Elaborado pelo autor. Utilizou-se como suporte os autores bases citados no Quadro.

Para mensurar a confiabilidade do questionário, o instrumento da pesquisa foi submetido à análise da consistência interna através do alfa de Cronbach. Segundo Sampieri et al. (2013) a confiabilidade busca averiguar a consistência e coerência do instrumento, sendo o alfa de Cronbach um dos meios de maior utilização para esse fim em estudos científicos.

O alfa de Cronbach pode ser utilizado com escalas tipo *likert*, em que é verificado o índice interno de covariância, e esse índice pode oscilar entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1 melhor será a confiabilidade. Assim, utiliza-se o referido teste para mensuração das questões 16 a 20 de ambos os modelos de relatórios (Apêndice A), conforme resultado no Quadro 03 abaixo:

Quadro 03 – Coeficiente Alfa de Cronbach

Descrição/Questões	Modelo de Relatório	Coeficiente Alfa de Cronbach
Aspectos relacionados à linguagem utilizada, conteúdo e forma de apresentação (Q16 a Q20)	Modelo 1	0,920
Aspectos relacionados à linguagem utilizada, conteúdo e forma de apresentação (Q16 a Q20)	Modelo 2	0,929

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com o resultado evidenciado acima, o alfa de Cronbach corresponde a um índice de 0,920 (modelo 1) e de 0,929 (modelo 2), evidenciando um coeficiente $> 0,7$ que, de acordo com Hair et al. (2009), pressupõe satisfatoriamente a consistência interna.

3.3 População e Coleta de Dados

O público-alvo (população) da pesquisa é formado por estudantes de graduação (administração e ciências contábeis) e servidores da Universidade Federal de Goiás – UFG e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa, com sede localizadas em Goiânia/GO e Marabá/PA, respectivamente. A escolha dos respondentes da pesquisa e das universidades decorreu de uma amostra intencional, por conveniência e acesso aos respondentes.

A amostra da pesquisa contou com um total de 255 respondentes, tanto da UFG quanto da Unifesspa, conforme pode ser observado na Tabela 01.

Tabela 01 - Amostra da Pesquisa

Amostra da Pesquisa	Total
Universidade Federal de Goiás - UFG	105
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa	150
Exclusões (questionários preenchidos incorretamente ou incompletos)	(06)
Total	249

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 255 questionários respondidos 06 foram considerados inválidos por terem sido respondidos em duplicidade ou incorretamente, restando 249 questionários válidos para análise. Destaque-se que a coleta de dados ocorreu no período compreendido entre 27 de agosto a 23 de outubro de 2022.

3.4 Validação do Instrumento de Pesquisa e Pré-Teste

Para validação e aprimoramento do instrumento de pesquisa foi necessário mensurar a validade do instrumento e realizado pré-teste. A validade do instrumento analisa o grau em que a variável estudada se propõe a alcançar (Sampieri et al., 2013). O pré-teste, segundo Martins e Theóphilo (2016), é necessário para que sejam evidenciadas possíveis inconsistências e falhas antes da aplicação do questionário.

A validação foi efetuada mediante análise/revisão qualitativa do conteúdo, constante no instrumento de pesquisa, por especialistas/juízes, após procedeu-se a mensuração quantitativa através do Índice de Validade de Conteúdo (IVC) (Souza et al., 2017; Yusoff, 2019). O IVC é classificado diante de uma escala de quatro pontos, em que: 1 = item não relevante; 2 = item é um pouco relevante; 3 = o item é relevante; e 4 = o item é altamente relevante; a partir da pontuação efetuada pelos juízes, realiza-se o cálculo do IVC somando-se o total de respostas que apresentaram os itens 3 e 4 e, após, divide pelo número total de respostas, chegando a um determinado índice para validação do conteúdo (Yusoff, 2019).

Para este estudo, a análise de validação de conteúdo foi efetuada por duas especialistas, sendo uma mestranda e outra, mestra em contabilidade, ambas com experiência em pesquisas e em contabilidade pública. O resultado evidenciou que o IVC foi de 1,00 e, conforme aponta Yusoff (2019), o IVC acima de 0,80 é considerado aceitável para fins de validação do conteúdo.

No que tange ao pré-teste, foi realizado com quatro indivíduos, sendo dois usuários em geral (um estudante e uma servidora), um gestor (cargo de chefia) e um elaborador de relatórios contábeis. A partir dos apontamentos efetuados pelos respondentes foi possível identificar oportunidades de melhoria e/ou corrigir falhas que poderiam comprometer os objetivos a que se propõe a pesquisa.

3.5 Análise Qualitativa e Quantitativa

Inicialmente, destaque-se que, para melhor enquadramento, análise e entendimento acerca do conhecimento que cada usuário da contabilidade possui sobre as informações em relatórios contábeis, procurou distingui-los em grupos. Os grupos definidos são elaborador de informações contábeis (servidor que atua na elaboração de relatórios contábeis), gestor na universidade (cargo de chefia ou direção) e usuários em geral (discentes e demais servidores).

Quadro 04 – Grupo de usuários da contabilidade

Grupos	Função no processo	Perfil
1.Elaborador de informação contábil	Elaborar e disponibilizar relatórios contábeis	Servidor que atua na elaboração de relatórios contábeis (ex.: gestor financeiro, contador responsável ou demais servidores que emitem relatórios contábeis)
1.Gestor	Usuário da informação	Servidor que ocupa cargo de chefia ou direção
2.Usuário em geral	Usuário da informação	Discentes e demais servidores

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considera-se que os elaboradores de informações contábeis e gestores fazem parte do grupo de usuário da contabilidade que possui conhecimento técnico contábil. Já os usuários em geral formam o grupo de usuários da contabilidade com menor ou sem conhecimento na área contábil

Dando continuidade, no que se refere à análise quantitativa dos dados coletados, foram efetuados os procedimentos de coleta, tabulação e preparação dos dados, através do *software* IBM SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 20, realizados por meio de técnicas estatísticas que compreendem: estatística descritiva e estatística inferencial.

Para a realização dos procedimentos estatísticos citados foram categorizadas variáveis, conforme Quadro 05, abaixo:

Quadro 05 – Variáveis da pesquisa

Grupo	Variáveis	Questões
--------------	------------------	-----------------

Perfil do usuário	Posição que ocupa (POS) Gênero (GEN) Faixa etária (FET) Escolaridade (ESC) Autoconhecimento em contabilidade (ACON)	Q1 a Q5
Compreensibilidade da informação	Compreensibilidade (CMOD1) Compreensibilidade (CMOD2)	Q6 a Q15
Aspectos dos relatórios	Clareza (CLA) Formato e Forma (FOR) Exposição gráfica e visual (EXP) Utilidade (UTI) Facilidade (FAC)	Q16 a Q20

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

No grupo “perfil do usuário” (Q1 a Q5) são apresentadas e discutidas as características dos respondentes da pesquisa segundo a distribuição de frequências.

No grupo “compreensibilidade da informação”(Q6 a Q15), efetuou-se análise através de estatística descritiva com a quantidade e frequência percentual de respostas corretas para os modelos 1 (tradicional) e modelo 2 (PFR). Com o intuito de verificar a compreensibilidade para ambos os modelos de relatórios, de acordo com a percepção dos grupos independentes que possuem o conhecimento contábil (elaborador/gestor) e daqueles de menor conhecimento ou sem conhecimento contábil (usuário em geral).

Para complementar a análise acima no que tange às questões 6 a 15 foi efetuada a análise entre as variáveis qualitativas do grupo “perfil do usuário” e as variáveis qualitativas do grupo “compreensibilidade da informação”, com o propósito de investigar se existe relação entre ambas. Para tanto, realizou-se o teste do Qui-quadrado, em que se comparou as frequências observadas com as frequências esperadas, para verificar se existe ou não diferenças significativas (associação) entre as respostas dos grupos (Fávero & Belfiore, 2017; Martins & Theóphilo, 2016).

No que se refere ao grupo “aspectos dos relatórios” (Q16 a Q20), foi analisada a opinião dos usuários sobre os “aspectos dos relatórios”, comparando-a entre os dois modelos de relatórios. Para tal propósito, a análise consistiu através da distribuição de frequências referentes ao nível de escala de concordância.

Quanto à abordagem qualitativa de análise e interpretação das informações, são produzidos textos descritivos a partir da percepção dos respondentes da pesquisa, avaliando-se cada item do questionário, conforme procedimentos a seguir:

- a) **caracterização do perfil dos respondentes da pesquisa:** consiste na identificação das características dos respondentes da pesquisa (gênero, faixa etária, escolaridade, autoconhecimento em contabilidade), apresentados em frequência, sendo evidenciados e discutidos os resultados com textos descritivos para cada característica;

- b) **percepção acerca da compreensibilidade da informação:** analisa-se a percepção dos usuários acerca da compreensibilidade da informação apresentada nos dois modelos de relatórios contábeis distintos. As respostas envolvem alternativas de múltiplas escolhas, com apenas uma alternativa correta. O propósito consiste em identificar em qual modelo o usuário melhor compreendeu as informações apresentadas e
- c) **aspectos dos relatórios:** averigua-se a percepção dos respondentes sobre a comparação entre os aspectos relacionados aos dois relatórios, tais como: linguagem utilizada, conteúdo e forma de apresentação (Q16 a Q20). As respostas dessas questões são mensuradas em escala do tipo *likert* de 5 pontos (de 1 = discordo totalmente até 5 = concordo totalmente). Busca-se, neste item, entender qual o relatório é melhor avaliado pelos respondentes da pesquisa. Em seguida, examina-se a opinião sobre a periodicidade e o meio para divulgação dos relatórios (Q21 e Q22) com respostas do tipo múltipla escolha. O propósito é detectar o período e meio de divulgação que o usuário sugere. Por fim, investiga-se o ponto de vista dos usuários das informações sobre observações e/ou contribuições que podem ser acrescentadas aos relatórios com uma questão do tipo aberta (Q23). Neste aspecto, será analisado o conteúdo das respostas para entender os principais anseios dos usuários da informação e, assim, adequar/ajustar o modelo de relatório popular.

Dessa forma, a partir da literatura estudada e da análise da percepção dos usuários da informação, obtém-se uma base proposta para elaboração do *popular financial reporting*.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos Respondentes

A fim de averiguar o perfil dos respondentes, foram levantadas informações acerca da posição dos respondentes, gênero, faixa etária, grau de escolaridade e sobre o autoconhecimento em contabilidade, os quais serão abordados a seguir.

Partindo da premissa que nem todos os usuários possuem o mesmo conhecimento em contabilidade pública, foi efetuada a distinção desses usuários em grupos, sendo aqueles que possuem o conhecimento contábil (elaborador de relatórios e gestor) e os que não possuem conhecimento ou com pouco conhecimento (usuários em geral), conforme Tabela 02.

Tabela 02 - Perfil dos Respondentes - Posição

Instituição	Posição dos Respondentes		Total
	Elaborador/ gestor	Usuário em geral	
Universidade Federal de Goiás (UFG)	07	98	105 (42,2%)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)	17	127	144 (57,8%)
Total	24	225	249 (100,0%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Obtém-se como resultado que 24 respondentes pertencentes ao grupo dos que elaboram ou são gestores e 225 respondentes de usuários em geral. Pressupõe que esses 24 respondentes compreendam melhor as informações apresentadas em ambos os relatórios, pois são servidores que trabalham com informações e relatórios contábeis no desenvolvimento de suas atribuições. Na Tabela 03, detalha-se cada perfil de acordo com a posição que o usuário ocupa.

Tabela 03 - Perfil dos Respondentes – Posição por Perfil

Perfil	Posição do Respondente (POS)		Frequência Total
	Elaborador/gestor	Usuário em geral	
Gênero			
Masculino	14 (5,6%)	94 (37,8%)	108 (43,4%)
Feminino	10 (4,0%)	131 (52,6%)	141 (56,6%)
Faixa Etária			
18 a 29 anos	04 (1,6%)	179 (71,9%)	183 (73,5%)
30 a 39 anos	12 (4,8%)	34 (13,7%)	46 (18,5%)
40 a 49 anos	08 (3,2%)	07 (2,8%)	15 (6,0%)
50 a 59 anos	-	03 (1,2%)	03 (1,2%)
60 anos ou mais	-	02 (0,8%)	02 (0,8%)
Escolaridade			
Ensino Médio	-	138 (55,4%)	138 (55,4%)
Graduação	15 (8,0%)	74 (27,8%)	89 (35,8%)
Mestrado	06 (2,4%)	09 (3,6%)	15 (6,0%)
Doutorado	03 (1,2%)	04 (1,6%)	07 (2,8%)
Autoconhecimento			
Nenhum	07 (2,9%)	44 (17,7%)	51 (20,5%)
Razoável	05 (2,0%)	118 (47,4%)	123 (49,4%)
Médio	06 (2,4%)	50 (20,1%)	56 (22,5%)
Bom	06 (2,4%)	12 (4,8%)	18 (7,2%)
Excelente	-	01 (0,4%)	01 (0,4%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que, quanto ao gênero, há mais elaboradores/gestores do gênero masculino que feminino. Dos respondentes que ocupam a posição de elaborador/gestor todos possuem nível escolar entre graduação e doutorado, enquanto que para os usuários em geral a maioria (91,2%) possui ensino médio e graduação. Também foi possível constatar que na posição elaborador/gestor, metade dos usuários afirmou possuir nenhum ou razoável conhecimento,

enquanto que a outra metade respondeu que possui médio ou bom conhecimento. No que diz respeito aos usuários em geral, esses informaram, em sua maior parte, que possuem até o nível médio de conhecimento sobre contabilidade pública.

Na Tabela 04 são evidenciados os demais perfis dos respondentes da pesquisa em uma forma geral, por universidade, para uma análise mais abrangente.

Perfil	Universidade		Frequência Total
	UFG	Unifesspa	
Gênero (GEN)			
Masculino	52 (49,5%)	56 (38,9%)	108 (43,4%)
Feminino	53 (50,5%)	88 (61,1%)	141 (56,6%)
Faixa Etária (FET)			
18 a 29 anos	84 (80,0%)	99 (68,8%)	183 (73,5%)
30 a 39 anos	14 (13,3%)	32 (22,2%)	46 (18,5%)
40 a 49 anos	04 (3,8%)	11 (7,6%)	15 (6,0%)
50 a 59 anos	01 (1,0%)	02 (1,4%)	03 (1,2%)
60 anos ou mais	02 (1,9%)	-	02 (0,8%)
Escolaridade (ESC)			
Ensino Médio	68 (64,8%)	70 (48,6%)	138 (55,4%)
Graduação	27 (25,7%)	62 (43,1%)	89 (35,7%)
Mestrado	08 (7,6%)	07 (4,9%)	15 (6,0%)
Doutorado	02 (1,9%)	05 (3,5%)	07 (2,8%)
Autoconhecimento			
Nenhum	18 (7,2%)	33 (13,3%)	51 (20,5%)
Razoável	58 (23,3%)	65 (26,1%)	123 (49,4%)
Médio	22 (8,8%)	34 (13,7%)	56 (22,5%)
Bom	07 (2,8%)	11 (4,4%)	18 (7,2%)
Excelente	-	01 (0,4%)	01 (0,4%)

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange ao gênero, observa-se que 108 respondentes são do gênero masculino, o que equivale a 43,4%, e 141 são do gênero feminino, correspondendo a 56,6% do total. Sobre a faixa etária dos respondentes, a maior parcela de respondentes está entre 18 e 29 anos (73,5%).

Conforme observado na Tabela 04, verifica-se a predominância de uma população considerada jovem, devido principalmente, a maior parte de respondentes serem estudantes de ensino médio e graduação. O nível de escolaridade dos respondentes que se sobressai sobre os demais é o nível médio com 138 respondentes, o que equivale a 55,4%, seguido por aqueles que possuem graduação com 89 respondentes (35,7%). Esse resultado é decorrente, principalmente, do público-alvo da pesquisa envolver em grande parte discentes de graduação das universidades abordadas.

Quanto ao autoconhecimento declarado em contabilidade, a amostra está classificada nos

níveis menores de conhecimento, assim como nos achados da pesquisa de Camacho (2019) ao qual apontou para uma população com pouco ou razoável conhecimento de aproximadamente 70% dos pesquisados.

4.2 Compreensibilidade das Informações para os Modelos de Relatórios

Na busca de analisar a compreensibilidade dos usuários acerca das informações apresentadas tanto em um modelo de relatório tradicional (modelo 1 – Apêndice B) como em um modelo de PFR (modelo 2 – Apêndice C), foram elaboradas questões similares (Q6 a Q10 para o modelo 1; Q11 a Q15 para o modelo 2), para verificar se esses usuários conseguiam compreender algumas informações reportadas nos diferentes modelos de relatórios.

Para a análise inicial, demonstram-se os resultados, através de estatística descritiva, frequência das respostas corretas para os modelos 1 e 2, distinguindo os usuários em aqueles que possuem o conhecimento contábil, elaboradores de informações contábeis e gestores públicos, e os usuários de menor conhecimento ou sem conhecimento, daqueles usuários em geral, como alunos e servidores. Esses resultados estão expostos na Tabela 05 a seguir.

Variável	Compreensibilidade Modelo 1 (Tradicional)		Compreensibilidade Modelo 2 (PFR)	
	Não	Sim	Não	Sim
	Posição do Respondente			
Elaborador/gestor	28,3%	71,7%	18,3%	81,7%
Usuário em geral	55,6%	44,4%	36,4%	63,6%

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme os resultados evidenciados na Tabela 05, no que diz respeito à posição que o usuário ocupa, referente ao modelo 1 (tradicional - questões 6 a 10), observa-se que aqueles que detêm o conhecimento, elaborador/gestor, apresentaram o nível de compreensão em percentual de 71,7%. Enquanto que os usuários sem conhecimento ou com pouco conhecimento, usuários em geral, apresentaram a compreensibilidade das informações abaixo de 50%, com o percentual de 44,4%.

No que se refere à compreensão do modelo 2 (PFR - questões 11 a 15), segundo a posição que o usuário ocupa na instituição, verifica-se que o elaborador/gestor compreende as informações em mais de 80% das questões, ao passo que o usuário em geral, compreendeu as informações em 63,6% das questões abordadas.

Da análise, constata-se que os usuários que detêm o conhecimento, elaboradores/gestores, apresentaram um percentual superior de compreensão dos que os usuários que não possuem o

conhecimento ou com pouco conhecimento. Havia a tendência para esse resultado ocorrer, devido às atribuições desses usuários estarem estreitamente relacionadas com a rotina de análise de informações dos relatórios contábeis e, por conseguinte, possuir maior afinidade com o assunto. As evidências reforçam os apontamentos de Leite (2019) de que os usuários com conhecimento contábil apresentam melhores níveis de compreensão das informações em relatórios contábeis.

A Tabela 06 a seguir demonstra os achados sobre a compreensibilidade da informação e os demais perfis dos usuários reportada nos relatórios.

Tabela 06 - Compreensibilidade Informações – Perfis dos Respondentes

Variáveis	Compreensibilidade Modelo 1 (Tradicional)		Compreensibilidade Modelo 2 (PFR)	
	Não	Sim	Não	Sim
	Gênero (GEN)			
Masculino	49,6%	50,4%	32,2%	67,8%
Feminino	55,5%	44,5%	36,5%	63,5%
Faixa Etária (FET)				
18 a 29 anos	56,5%	43,5%	36,6%	63,4%
30 a 39 anos	45,2%	54,8%	30,0%	70,0%
40 a 49 anos	36,0%	64,0%	28,0%	72,0%
50 anos ou mais	44,0%	56,0%	24,0%	76,0%
Escolaridade (ESC)				
Médio	59,2%	40,8%	39,0%	61,0%
Graduação	51,1%	48,9%	32,9%	67,1%
Mestrado	32,0%	68,0%	13,3%	86,7%
Doutorado	45,7%	54,3%	48,6%	51,4%
Autoconhecimento em Contabilidade (ACON)				
Nenhum	57,6%	42,4%	45,9%	54,1%
Razoável	51,5%	48,5%	31,7%	68,3%
Médio	57,5%	42,5%	33,6%	66,4%
Bom/ Excelente	35,8%	64,2%	26,3%	73,7%

Fonte: Dados da pesquisa.

Seguindo a análise, percebe-se que a compreensibilidade da informação, para o modelo 1 (tradicional), em alguns casos foi inferior à não compreensibilidade. Como exemplo, verifica-se os respondentes que possuem ensino médio e graduação com 40,8% e 48,9%, respectivamente. Observa-se também que dentre os usuários mais jovens, que possuem entre 18 e 29 anos, a compreensão ficou abaixo dos 50%, com 43,5%.

Outro ponto é que os usuários que se autoavaliaram possuir nenhum, razoável ou médio conhecimento em contabilidade pública compreenderam as informações apenas em 42,4%, 48,5% e 42,5%, respectivamente, para o modelo 1 (tradicional). Dessa forma, independentemente da posição que o usuário ocupa, esses resultados, reforçam pesquisas que reportam os relatórios contábeis tradicionais apresentam linguagem complexa, com bastantes jargões técnicos e de difícil entendimento (Biondi & Bracci, 2018; Gallon et al., 2011; Jordan et al., 2016; Manes-

Rossi, 2019).

De acordo com a compreensibilidade das informações que os respondentes desta pesquisa apresentaram para o modelo tradicional, infere-se que esses relatórios contábeis necessitam de melhoria e ajustes para torná-los mais compreensíveis, conforme abordam Augustinho et al. (2015) e Messias et al. (2018).

No que tange ao modelo 2 (PFR), em um contexto geral observado na Tabela 06, observa-se uma melhora na compreensão da informação, como pode ser verificado no perfil caracterizado entre 18 e 29 anos que apresentou compreensibilidade de 63,4%, enquanto que para o modelo 1 (tradicional) foi de 43,5%, um aumento de cerca de 50% na compreensão. Para os respondentes com menor escolaridade, ensino médio e graduação, também houve um ganho na compreensão das informações, de 40,8% para 61,0% e de 48,9% para 67,1%, respectivamente.

No que diz respeito aos respondentes que se autodeclararam com “nenhum” conhecimento em contabilidade pública apresentaram menor nível de compreensibilidade, em termos percentuais (54,1%), que os demais, mesmo assim houve um ganho de melhoria a comparar com o modelo 1 (tradicional) que foi de 42,4%. No outro extremo, os respondentes que se autoafirmaram possuir “bom/excelente” conhecimento em contabilidade despontaram com os maiores índices de compreensibilidade, sendo 64,2% para o modelo 1 (tradicional) e 73,7% no modelo 2 (PFR).

Com os resultados fica evidente que o modelo 2 (PFR) apresenta melhores índices de compreensibilidade que o modelo 1 (tradicional), achados que reforçam os demais apontamentos deste estudo e, também, de estudos anteriores (por exemplo, Biancone et al., 2016; Camacho, 2019; Leite, 2019; Yusuf et al., 2013) de que o *popular financial reporting* contribui com a compreensibilidade das informações. Assim, pode ser considerado um importante meio para evidenciar as ações governamentais e condições financeiras dos entes públicos (Manes-Rossi et al., 2019; Martins & Lima, 2021).

Nesse sentido, essas constatações podem ser sustentadas seguindo a premissa de que a compreensão da informação está vinculada a forma como essa informação é reportada por quem a produz e, não somente, pela capacidade interpretativa do usuário (Gallon et al., 2011). Nesse ponto, atribui-se a importância proporcionada ao processo de comunicação contábil ligado aos pressupostos da Teoria da Comunicação, pois em sua essência a comunicação é eficaz quando a informação não apresenta ruídos, o que leva a compreensão dos usuários (Dias Filho & Nakagawa, 2001; Ross, 2016).

Assim, considera-se a compreensibilidade dos relatórios contábeis essencial para a

transparência das contas públicas (Abreu & Filho, 2017). A transparência, por conseguinte, contribui com o fortalecimento do exercício da cidadania (Platt Neto et al., 2006; Vieira, 2012).

Outrossim, constata-se que o relatório popular favorece a visibilidade e capacidade de inferência da informação, além de contribuir com a transparência efetiva, ao estabelecer um maior grau de assimilação por parte do usuário. Segundo Gallon et al. (2011) o aprimoramento de uma transparência efetiva é essencial para o fortalecimento do controle social sobre a administração pública.

4.2.1 Análise Estatística entre os Perfis e a Compreensibilidade – Teste Qui-quadrado

A fim de complementar a análise descritiva para as questões 06 a 15 reportadas na seção anterior, efetuou-se a verificação através de testes estatísticos, mais especificamente o teste do Qui-quadrado. A finalidade do teste é verificar se existe associação entre a compreensibilidade da informação e cada perfil do respondente reportada em cada modelo de relatório.

O resultado do teste estatístico do Qui-quadrado, entre a compreensibilidade da informação e o perfil do usuário na instituição, é reportado através da Tabela 07.

Tabela 07 - Compreensibilidade Informações – Teste Qui-quadrado

Variáveis	Modelo 1 (Tradicional)			Modelo 2 (PFR)		
	Teste Qui-quadrado			Teste Qui-quadrado		
	χ^2	df	p-value	χ^2	df	p-value
Posição (POS)						
Elaborador/gestor	32,253	1	,000	15,560	1	,000
Usuário em geral						
Gênero (GEN)						
Masculino	4,174	1	,041	2,419	1	,120
Feminino						
Faixa Etária (FET)						
18 a 29 anos						
30 a 39 anos	19,608	3	,000	6,471	3	,091
40 a 49 anos						
50 anos ou mais						
Escolaridade (ESC)						
Médio						
Graduação	22,407	3	,000	24,263	3	,000
Mestrado						
Doutorado						
Autoconhecimento em Contabilidade (ACON)						
Nenhum						
Razoável	16,301	3	,001	19,626	3	,000
Médio						
Bom/ Excelente						

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao verificar os resultados da Tabela 07, observa-se a existência de associação significativa entre a compreensibilidade da informação e a posição que usuário ocupa (POS), seja ele que possui

conhecimento contábil ou de menor ou sem conhecimento técnico. Essa associação é verificada em ambos os modelos de relatórios ao nível de 5% ($p < 0,05$), no modelo 1 tem-se [$X^2(1) = 32,253$; $p < 0,05$] e no modelo 2 [$X^2(1) = 15,560$; $p < 0,05$].

Para o modelo 1 (tradicional) o perfil “posição” com conhecimento contábil, elaborador/gestor, conduziu para essa associação estatística, ao compreender 71,7% das informações, ao passo que os usuários gerais compreenderam apenas 44,4%. Para o modelo 2 (PFR), essa diferença entre a “posição” dos usuários também contribuiu para a associação, além do aumento percentual da compreensibilidade para a “posição” usuário em geral, que passou de 36,4% para 63,6%. Dessa forma, esse resultado pressupõe que a depender da posição que o respondente esteja, seja elaborador/gestor seja usuário em geral, há influência sobre a compreensibilidade da informação apresentada no relatório, resultado que também foi verificado na pesquisa de Leite (2019).

Em análise da compreensibilidade da informação e o gênero do respondente, o teste do Qui-quadrado de independência pressupõe associação estatística apenas para o modelo de relatório 1 [$X^2(1) = 4,174$; $p < 0,05$]. O indicativo para essa associação é que, embora os respondentes do gênero feminino sejam superiores aos do masculino em termos percentuais, 56,6% a 43,4%, respectivamente, o comportamento das frequências absolutas são distantes ao ponto de tornar essa relação estatisticamente significativa.

Para o modelo de relatório 2 (PFR), o resultado do teste do Qui-quadrado [$X^2(1) = 2,419$; $p > 0,05$] indica a inexistência de relação estatística significativa entre a compreensibilidade da informação e o gênero. Infere-se com esse resultado que, para o modelo de PFR, a compreensibilidade das informações independe do gênero do respondente.

No que diz respeito a compreensibilidade da informação e a faixa etária do respondente, os testes acima (Tabela 07) indicam associação estatisticamente significativa apenas para o modelo 1 [$X^2(3) = 19,608$; $p < 0,05$]. Essa associação ocorreu, principalmente, devido à faixa etária de 18 a 29 anos, que é a maior parcela dos respondentes da pesquisa com 183 (73,5%), não compreenderem as informações em maior parte das observações, com 56,5%.

No modelo 2 (PFR) não é observada associação estatística entre a compreensibilidade da informação e o perfil faixa etária do respondente ao nível de 5% ($p\text{-value} > 0,05$), porém a 10% ($p\text{-value} < 0,1$) verifica-se associação conforme resultado [$X^2(3) = 6,471$; $p < 0,1$]. Ressalte-se que com o aumento da faixa etária também é aumentada a compreensibilidade da informação, pois entre 18 a 29 anos a compreensibilidade é de 63,4% enquanto que na faixa acima dos 50 anos a

compreensibilidade chega a 76,0%. O achado revela a importância de envolver a população mais jovem para o entendimento das informações contábeis.

Ainda segundo os resultados reportados na Tabela 08, constata-se que em ambos os modelos de relatórios foi constatada associação estatística significativa ($p\text{-value} < 0,05$) entre a compreensibilidade da informação e o perfil escolaridade do respondente. Assim, infere-se que um aumento gradual entre o nível médio, graduação e mestrado, ocorre também um aumento na percepção da compreensibilidade das informações. Destaque-se que embora os respondentes que possuem o nível doutorado (07 respondentes, 2,8% do total) tenham diminuído a compreensibilidade para o modelo 2, essa diferença não afetou estatisticamente os resultados.

Por fim, a compreensibilidade da informação é analisada pelo perfil que se refere à percepção dos respondentes sobre o autoconhecimento em contabilidade pública. O teste do Qui-quadrado indica associação estatisticamente significativa para os modelos 1 [$X^2(3) = 16,301$; $p < 0,05$] e para o modelo 2 [$X^2(3) = 19,626$; $p < 0,05$], com $p\text{-value} < 0,05$. Essa associação pode ser refletida decorrente da melhoria na compreensibilidade de forma linear em todos os níveis de conhecimento, conforme reportado na Tabela 06.

4.3 Percepção sobre os Aspectos dos Modelos de Relatórios

Com o intuito de verificar a percepção dos respondentes acerca dos aspectos relacionados à clareza, formato e forma, exposição gráfica, visual e utilidade dos relatórios, apresentados nos dois modelos de relatórios, foram formuladas questões (Q16 a Q20). O procedimento objetivava que se pudessem fazer com que os respondentes apontassem qual o relatório melhor avaliado, utilizando-se de uma escala tipo *likert* que varia de 1 a 5 (sendo: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo parcialmente; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo parcialmente; e 5 = concordo totalmente).

Os resultados para o modelo 1 (tradicional - apêndice B) e modelo 2 (*popular financial reporting* - apêndice C), através da frequência do nível de escala de concordância dos respondentes, são expostos nas tabelas seguintes ao abordar individualmente as questões 16 a 20 para cada modelo de relatório. A Tabela 08 evidencia os resultados, segundo a percepção dos respondentes para questão 16, que aborda se as informações apresentadas seriam claras e de fácil compreensão.

Tabela 08 - Percepção Quanto à Clareza e Compreensibilidade dos Relatórios

Descrição (Questão 16)	Conhecimento	Escala de Concordância				
		1	2	3	4	5
Modelo 1 (tradicional)						

A linguagem utilizada na apresentação das informações é clara e de fácil compreensão	Sim	03 (1,2%)	07 (2,8%)	12 (4,8%)	02 (0,8%)	-
	Não	26 (10,4%)	55 (22,1%)	68 (27,3%)	55 (22,1%)	21 (8,4%)
	Total	29 (11,6%)	62 (24,9%)	80 (32,1%)	57 (22,9%)	21 (8,4%)
Modelo 2 (PFR)						
A linguagem utilizada na apresentação das informações é clara e de fácil compreensão	Sim	-	-	05 (2,0%)	05 (2,0%)	14 (5,6%)
	Não	07 (2,8%)	16 (6,4%)	39 (15,7%)	88 (35,3%)	75 (30,1%)
	Total	07 (2,8%)	16 (6,4%)	44 (17,7%)	93 (37,3%)	89 (35,7%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 08, o modelo 1 (tradicional) apresentou 31,3% de concordância para os níveis 4 e 5, enquanto que o modelo 2 (PFR) teve o nível de concordância 73,0% entre 4 e 5. Ao verificar o nível de concordância dos usuários que possuem conhecimento (elaboradores/gestores) e àqueles sem conhecimento (usuários em geral), tem-se que a maior parcela concorda que o PFR apresenta melhores índices de clareza e compreensibilidade.

A orientação da GFOA (2020) é que a base a ser seguida para a preparação do PFR é a compreensibilidade da informação pelos usuários, evitando-se o uso de jargões técnicos e explicando os dados apresentados (GFOA, 2020), e nesse aspecto, o resultado demonstra para a maior parte dos respondentes, 73,0%, o modelo 2 está entre os dois maiores índices de concordância, 4 e 5, sendo o melhor avaliado.

Esse resultado expõe, segundo a percepção dos respondentes, que o modelo 2 (PFR) se destaca como um relatório que utiliza uma linguagem clara e de fácil compreensão quando comparado ao modelo tradicional. Os achados atestam o item 4.2, além de ir na mesma direção de pesquisas que remetem o PFR como um relatório que apresenta uma linguagem clara e de fácil compreensão (Biancone et al., 2016; Camacho, 2019; Herrmann, 2011; Leite, 2019; Martins & Lima, 2021; Yusuf et al., 2013).

Outros aspectos verificados foram o formato e a forma de apresentação de ambos os modelos de relatórios, pergunta 17 do questionário, conforme resultado na Tabela 09.

Tabela 09 - Percepção Quanto ao Formato e Forma dos Relatórios

Descrição (Questão 17)	Conhecimento	Escala de Concordância				
		1	2	3	4	5
Modelo 1 (tradicional)						
O formato e a forma de apresentação facilitaram a compreensão do conteúdo	Sim	04 (1,6%)	06 (2,4%)	11 (4,4%)	03 (1,2%)	-
	Não	28 (11,3%)	52 (20,9%)	74 (29,7%)	52 (20,9%)	19 (7,6%)
	Total	32 (12,9%)	58 (23,3%)	85 (34,1%)	55 (22,1%)	19 (7,6%)
Modelo 2 (PFR)						
O formato e a forma de apresentação facilitaram a compreensão do conteúdo	Sim	01 (0,4%)	-	03 (1,2%)	05 (2,0%)	15 (6,0%)
	Não	05 (2,0%)	12 (4,8%)	40 (16,1%)	75 (30,1%)	93 (37,3%)
	Total	06 (2,4%)	12 (4,8%)	43 (17,3%)	80 (32,1%)	108 (43,4%)

conteúdo

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível identificar que o modelo 2 (PFR) no que se refere aos níveis 4 e 5 da escala de concordância obteve 75,5% de concordância para o formato e forma, resultado superior ao encontrado para o modelo 1 (tradicional). Os usuários que possuem conhecimento (elaboradores/gestores) e aqueles sem conhecimento (usuários em geral) vão na mesma linha quanto ao nível de concordância para o modelo 2 (PFR). Desse modo, infere-se que o formato e a forma de apresentação do PFR são considerados fatores primordiais à melhoria da informação para a sua compreensibilidade.

Decorrente do resultado, o modelo 2 segue o que prescreve Herrmann (2011) acerca do *layout* do *popular financial reporting*, em que deve ser atraente e com um *design* que facilite a leitura e compreensão das informações, principalmente por aqueles usuários que não são habituados a utilizarem informações contábeis.

No que diz respeito às exposições gráficas e visuais, assertiva 18 do questionário, os respondentes da pesquisa concordam, em sua maioria, que o modelo 2 é melhor avaliado, seja pelo usuário que possui conhecimento contábil (elaboradores/gestores) seja pelo usuário que não possui o conhecimento contábil (usuários em geral), conforme pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 - Percepção a Respeito das Representações Gráficas e Visuais dos Relatórios

Descrição (Questão 18)	Conhecimento	Escala de Concordância				
		1	2	3	4	5
Modelo 1 (tradicional)						
A exposição de representações gráficas e visuais ajuda na compreensão das informações	Sim	07 (2,8%)	07 (2,8%)	05 (2,0%)	04 (1,6%)	01 (0,4%)
	Não	39 (15,7%)	39 (15,7%)	62 (24,9%)	53 (21,3%)	32 (12,9%)
	Total	46 (18,5%)	46 (18,5%)	67 (26,9%)	57 (22,9%)	33 (13,3%)
Modelo 2 (PFR)						
A exposição de representações gráficas e visuais ajuda na compreensão das informações	Sim	-	-	03 (1,2%)	03 (1,2%)	18 (7,2%)
	Não	05 (2,0%)	07 (2,8%)	30 (12,0%)	75 (30,1%)	108 (43,4%)
	Total	05 (2,0%)	07 (2,8%)	33 (13,3%)	78 (31,3%)	126 (50,6%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que no modelo 2 (PFR) a escala de concordância dos respondentes acima do nível 3 ultrapassa 80%. Esse resultado deixa evidenciado, segundo o ponto de vista dos respondentes da pesquisa, que o modelo 2 apresenta melhores representações gráficas e visuais que o modelo 1 (tradicional).

As tabelas e gráficos utilizados no PFR buscam simplificar a mensagem dos relatórios tradicionais (Del Gesso & Romagnoli, 2020). Nesse sentido, os achados estão condizentes com o que indicam Biancone et al. (2019), Camacho (2019), Langhella et al. (2021) e Leite (2019) em

que os recursos gráficos e visuais, apresentados nos relatórios populares, melhoram a compreensão das informações que se pretendem relatar.

Dando continuidade a exposição dos resultados, apresenta-se a Tabela 11, que se refere à pergunta 19, acerca da utilidade do relatório para verificação dos recursos recebidos e bens adquiridos.

Tabela 11 - Percepção Sobre a Utilidade dos Relatórios

Descrição (Questão 19)	Conhecimento	Escala de Concordância				
		1	2	3	4	5
Modelo 1 (tradicional)						
O relatório é útil para uma visualização dos recursos recebidos e bens adquiridos	Sim	02 (0,8%)	05 (2,0%)	14 (5,6%)	01 (0,4%)	02 (0,8%)
	Não	23 (9,2%)	34 (13,7%)	61 (24,5%)	61 (24,5%)	46 (18,5%)
	Total	25 (10,0%)	39 (15,7%)	75 (30,1%)	62 (24,9%)	48 (19,3%)
Modelo 2 (PFR)						
O relatório é útil para uma visualização dos recursos recebidos e bens adquiridos	Sim	-	-	03 (1,2%)	05 (2,0%)	16 (6,4%)
	Não	07 (2,8%)	09 (3,6%)	35 (14,1%)	79 (31,7%)	95 (38,2%)
	Total	07 (2,8%)	09 (3,6%)	38 (15,3%)	84 (33,7%)	111 (44,6%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Com um nível de concordância entre 4 e 5 de 78,3%, mais uma vez, segundo a percepção dos respondentes da pesquisa, para o aspecto da utilidade dos relatórios, o modelo 2 (PFR) foi melhor avaliado que o modelo 1 (tradicional), independente do respondente possuir ou não conhecimento contábil. Na mesma direção, de acordo com o ponto de vista dos usuários da informação na pesquisa de Oliveira (2016), uma das principais razões para implementação dos relatórios populares, é dar conhecimento aos cidadãos das origens e utilização das receitas e de que forma os entes realizaram os investimentos em obras e aquisições.

Ressalte-se que a utilidade é um aspecto da informação contábil em que as características qualitativas funcionam em conjunto para torná-la possível (CFC, 2016), pois para ser útil a informação contábil precisa de qualidade e ser perceptível aos usuários (Ribeiro Dias & Vasconcelos, 2015).

Por fim, busca-se investigar a percepção dos usuários acerca da facilidade e nitidez das informações em cada modelo de relatório, conforme resultado exposto na Tabela 12.

Tabela 12 - Percepção Acerca da Facilidade e Nitidez das informações dos Relatórios

Descrição (Questão 20)	Conhecimento	Escala de Concordância				
		1	2	3	4	5
Modelo 1 (tradicional)						
O relatório oferece facilidade e nitidez nas informações	Sim	05 (2,0%)	08 (3,2%)	07 (2,8%)	03 (1,2%)	01 (0,4%)
	Não	29 (11,6%)	45 (18,1%)	61 (24,5%)	59 (23,7%)	31 (12,4%)
	Total	34 (13,7%)	53 (21,3%)	68 (27,3%)	62 (24,9%)	32 (12,9%)
Modelo 2 (PFR)						
O relatório oferece	Sim	-	-	04 (1,6%)	02 (0,8%)	18 (7,2%)

facilidade e nitidez nas informações	Não	04 (1,6%)	16 (6,4%)	42 (16,9%)	77 (30,9%)	86 (34,6%)
	Total	04 (1,6%)	16 (6,4%)	46 (18,5%)	79 (31,7%)	104 (41,8%)

Fonte: Dados da pesquisa

Em análise dos níveis mais altos, níveis 4 e 5, da escala de concordância dos relatórios o modelo 1 (tradicional) apresenta 37,8% de concordância total enquanto que o modelo 2 (PFR) aparece com 73,5% nesses níveis. Demonstra-se, com esses resultados, que o modelo 2 também se sobressai em comparação ao modelo 1, para ambas as posições que o usuário ocupa, como um relatório com maior facilidade e nitidez nas informações.

Essas evidências certificam a filosofia primordial do PFR que, em um contexto amplo, é a de evidenciar a informação das demonstrações contábeis e financeiras em um formato breve com uma perspectiva de inteligibilidade em que se evita análises mais profundas e termos extremamente técnicos (Biancone et al., 2016; Cohen & Karatzimas, 2015; Montesinos & Brusca, 2019; Yusuf & Jordan, 2015). Portanto, em relação a Teoria da Comunicação referente ao processo contábil, as evidências reforçam os apontamentos de Augustinho et al. (2015) e Ribeiro Dias e Vasconcelos (2015) de que a transmissão da mensagem (canal) precisa de melhoria para que o destinatário (cidadão) possa acessar e compreender a informação exposta pela contabilidade no setor público.

Assim, é nessa direção, segundo Rodrigues et al. (2021), que o relatório popular assume o papel fundamental no canal para transmissão da mensagem, e os resultados desta pesquisa validam esse apontamento, pois o PFR trouxe melhoria ao processo de comunicação contábil.

4.4 Percepção Quanto à Periodicidade, Meios de Divulgação e Contribuições

Neste tópico serão evidenciados os resultados acerca das questões que tiveram por objetivo identificar, sob ponto de vista dos respondentes, qual a melhor periodicidade para divulgação dos relatórios, os meios de publicação e, além disso, verificar as sugestões e/ou contribuições efetuadas para cada modelo de relatório. O período para divulgação do PFR é um tema que não possui unanimidade entre pesquisadores, conforme apontado no item 2.3.2. Dessa forma, buscou-se verificar, através da questão 21, qual o período mais adequado para divulgação, de acordo com a percepção dos respondentes desta pesquisa. O resultado é demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 - Periodicidade dos Relatórios

Periodicidade dos Relatórios	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Mensal	56	22,5
Trimestral	111	44,6

Semestral	51	20,5
Anual	31	12,4
Total	249	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que a periodicidade trimestral é a frequência mais apontada pelos usuários, com 111 respostas que corresponde a 44,6% do total. Esse resultado corrobora os apontamentos de Bota (2020) e Oliveira (2016) de que a periodicidade mais indicada para a elaboração e publicação dos relatórios populares é a trimestral. Segundo Oliveira (2016) esse período, a cada trimestre, faz com que a informação não perca a tempestividade, além de conseguir captar um maior número de informações a serem reportadas aos usuários.

Na segunda posição, sob a perspectiva dos pesquisados, aparece a periodicidade mensal com 56 respostas (22,5%). Esse período como vantagem poderia trazer informações em um intervalo de tempo mais curto aos cidadãos, porém, sob o ponto de vista de Oliveira (2016) e Bota (2020), a publicação mensal acarreta em pouco conteúdo a ser apresentado e abordado nos relatórios.

Por fim, surge a periodicidade anual em menor quantidade de concordância, 31 respostas (12,4%). Essa periodicidade tem sido sugerida por autores como Jordan et al. (2016) e pela GFOA (2020). Na busca de entender qual meio de divulgação é preferível pelos usuários da informação, foi utilizada a questão 22 para tal fim, sendo os resultados descritos na Tabela 14.

Tabela 14 - Meio de Divulgação dos Relatórios

Meio de Divulgação	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Site institucional	174	69,9
Boletins de notícias	19	7,6
Mídias sociais	35	14,1
Jornais e revistas	5	2,0
E-mail	16	6,4
Total	249	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível constatar que a maioria dos respondentes (69,9%), o que equivale a 174 respostas, vão na mesma linha de raciocínio e apontam para que a publicação dos relatórios ocorra por meio do site institucional. Em segundo lugar, as mídias sociais aparecem com 35 respostas, correspondendo a 14,1%.

Assim como na pesquisa de Biancone et al. (2016) o site institucional e as mídias sociais se destacam no topo das opções como os meios mais indicados para divulgação e publicação dos relatórios. Esses resultados similares podem ter ocorrido devido à população respondente, em sua maior parcela, representada por pessoas jovens que estão atentos às notícias que se propagam dos

entes públicos em sites e mídias sociais.

Aversano et al. (2019) destacam que o uso de *links* em sites institucionais, que conduzem a baixar os relatórios, podem potencializar a prestação de contas e comunicação aos cidadãos, enquanto as mídias sociais podem ser um caminho favorável à abertura ao diálogo e envolvimento dos cidadãos. Nessa perspectiva os entes públicos devem buscar envolver os cidadãos para o conhecimento das ações desenvolvidas.

Para identificar as observações e possíveis contribuições a serem incorporadas aos relatórios, foi elaborada uma questão (Q23), na forma discursiva. Conforme alguns apontamentos extraídos da questão 23, o modelo 2 foi bastante elogiado, enquanto que para o modelo 1 as observações foram no sentido contrário, como mostrado no Quadro 06.

Quadro 06 – Observações e contribuições dos respondentes

Modelo de Relatório 1 (Tradicional)	Modelo de Relatório 2 (PFR)
Observações	Observações
<p><i>“O modelo 1 (tradicional) é mais arcaico e apresenta uma linguagem mais técnica, muitas vezes, não compreendida pela população leiga.”</i></p> <p><i>“O modelo 1 é bastante cansativo de se olhar e de localizar informações.”</i></p> <p><i>“O modelo 1 está mais na linguagem de contador, uma pessoa que não entende de contabilidade não conseguiria entender com facilidade”</i></p> <p><i>“Quanto ao modelo 1, apresenta uma linguagem super técnica e bem familiarizada para os já experientes em áreas de contabilidade e administrativa, o que dificulta o entendimento de pessoas menos experientes.”</i></p>	<p><i>“O modelo 2 se apresenta como muito didático e de fácil compreensão.”</i></p> <p><i>“O modelo 2 fica bem mais claro as informações não necessitando de conhecimento prévio dos termos, o que facilita e o torna mais prático e, além disso, há recurso visual, ajuda visualizar a situação.”</i></p> <p><i>“O modelo de relatório 2 é mais intuitivo, mais claro e objetivo, principalmente para pessoas leigas no assunto.”</i></p> <p><i>“O modelo 2 é de melhor compreensão e sua implementação facilitará a compreensão dos usuários internos e externos.”</i></p>
Contribuições	Contribuições
<p><i>“Utilizar representação gráfica com legenda e explicação dos termos.”</i></p> <p><i>“A organização das informações por meio de gráficos facilitaria a compreensão dos dados constantes no Modelo 1”</i></p> <p><i>“A linguagem acaba sendo muito formal, dificultando o entendimento.”</i></p>	<p><i>“Usar hiperlinks para informações mais detalhadas.”</i></p> <p><i>“Além de serem divulgados relatórios em pdf poderia ser divulgado relatórios com filtros dinâmicos.”</i></p> <p><i>“Incluir links que possam ajudar a tirar dúvidas com relação a termos muito técnicos.”</i></p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o modelo 1 (tradicional), dentre as principais observações está a que se refere a linguagem utilizada, pois segundo os pesquisados a linguagem é muito técnica e voltada aos profissionais contábeis. Esse resultado espelha os achados dos itens 4.2 e 4.3 discutidos anteriormente, em que o modelo tradicional é menos compreensível e com uma linguagem mais

rebuscada.

As observações para o modelo 2 (PFR) refletem comentários positivos acerca da melhoria da compreensibilidade das informações, principalmente devido o relatório ser mais claro, objetivo e didático. Essas observações também ratificam os achados demonstrados nos itens 4.2 e 4.3 de que o PFR contribui com a melhora na compreensibilidade quando comparado ao modelo tradicional.

No que se refere às contribuições reportadas pelos respondentes, aquelas que mais se destacaram para o modelo 1 (tradicional), são decorrentes da falta de representação gráfica e a linguagem utilizada que da forma utilizada não facilitam a compreensão das informações. Para o modelo 2 (PFR), surgem contribuições no sentido da inclusão de *hiperlinks*, *QR Code* com vídeos curtos explicativos e relatórios dinâmicos, que podem levar a uma melhoria na elaboração e apresentação do relatório.

Assim, este tópico evidencia que, segundo a opinião dos respondentes, o período mais indicado para divulgação do relatório é a cada trimestre, o meio de divulgação mais apontado é o site institucional e, por fim, as observações mais requeridas são referentes a linguagem e representações gráficas utilizadas e, quanto às contribuições, decorrem de alguns ajustes que podem ser adicionados aos relatórios.

4.5 Sugestão para Elaboração e Apresentação do *Popular Financial Reporting*

Após a apresentação e discussão reportadas anteriormente, chega-se a duas características consideradas basilares para a elaboração do *popular financial reporting* que pode trazer uma maior compreensibilidade e transparência no âmbito dos entes públicos, em especial nas universidades públicas brasileiras. Fornecer informações em formato simplificado, com esclarecimento e interpretações dos termos utilizados, facilita o entendimento da comunicação que o ente governamental pretende estabelecer com o usuário da informação contábil (Gallon et al. 2011; Langhella et al., 2021; Yusuf et al., 2013).

Nesse sentido, a partir do arcabouço teórico estudado e demonstrado, no item 2.3.2 Características fundamentais para elaboração do *popular financial reporting*, e dos achados desta pesquisa, sugere-se que a base para elaboração do PFR contenha duas vertentes essenciais. A primeira, leva em conta os aspectos estruturais do relatório, denominada de “características formais”, enquanto a segunda, apoiada no conteúdo, designada de “características do conteúdo”.

Quadro 07 – Características basilares *Popular Financial Reporting*

Características Formais	Características do Conteúdo
-------------------------	-----------------------------

a) Forma Atrativa b) Formato Acessível c) Publicação Periódica d) Relatórios Concisos e Ilustrativos	i) Contexto Inicial <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Apresentação do ente;</i> ➤ <i>Missão do ente;</i> ➤ <i>Valores e objetivos estratégicos do ente;</i> ➤ <i>Visão geral do relatório;</i> ➤ <i>Objetivos do relatório.</i>
	ii) Informações Essenciais <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Principais informações de receitas e despesas;</i> ➤ <i>Desempenho econômico-financeiro;</i> ➤ <i>Realizações e metas;</i> ➤ <i>Principais desafios para atingir os objetivos;</i> ➤ <i>Principais informações de investimentos.</i>
	iii) Informações Complementares <ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Explicação de termos utilizados;</i> ➤ <i>Link e/ou QR Code para demonstrações e informações contábeis na íntegra;</i> ➤ <i>Canal para feedback e contatos.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

As “características formais” remetem à estrutura em si do relatório, envolve os seguintes aspectos: a) forma atrativa; b) formato acessível; c) publicação periódica; d) relatórios concisos e ilustrativos. Observe o detalhamento.

- a) **Forma atrativa:** utilização de tabelas, recursos gráficos, *layout* e visual apelativo.
- b) **Formato acessível:** disponível para que todos os usuários tenham acesso, divulgados por meio de site institucional e mídias sociais;
- c) **Publicação periódica:** o relatório deve ser publicado periodicamente, podendo ser trimestral, conforme apontado pelos respondentes desta pesquisa; Mensal, a depender dos critérios técnicos determinados no ente; Ou ainda, anual, para acompanhar o relatório contábil do final do exercício dos entes públicos.
- d) **Relatórios concisos e ilustrativos:** relatórios com poucas páginas, contendo informações resumidas e objetivas, além de trazer fotos e imagens elucidativas.

Para as “características do conteúdo”, que advêm da parte textual que os relatórios devem apresentar, são divididas em i) contexto inicial; ii) informações essenciais; e iii) informações complementares. A seguir, são apresentados elementos textuais mínimos necessários à elaboração do relatório para o item “características do conteúdo”.

- i) **Contexto Inicial:** aborda a contextualização sobre o ente governamental, como por

exemplo: apresentação do ente público; missão, visão e valores; objetivos estratégicos do ente; visão geral do relatório; e objetivos do relatório;

- ii) **Informações Essenciais:** busca-se evidenciar as informações basilares do relatório, por exemplo: principais informações de receitas e despesas; desempenho econômico-financeiro; realizações e metas; principais desafios para atingir os objetivos; e principais informações de investimentos;
- iii) **Informações Complementares:** demonstra-se as informações que complementam as essenciais, tais como: explicação de termos utilizados; Link e/ou QR Code para demonstrações e informações contábeis na íntegra; e Canal para feedback e contatos.

Importante frisar que todas as características, aspectos e elementos citados anteriormente, tanto para as “características formais” quanto para as “características do conteúdo”, foram incluídas por terem sido apontadas, segundo a percepção dos respondentes desta pesquisa, e condizentes com a literatura acerca do PFR (como por exemplo: AGA, 2022; Aversano et al., 2019; Biancone et al., 2019; Bota, 2020; Cohen & Karatzimas, 2015; GFOA, 2020; Hermann, 2011; Jordan et al., 2016; Langella et al., 2021; Martins & Lima, 2021; Oliveira, 2016; Stanley, 2008; Yusuf & Jordan, 2012).

Buscou-se fornecer uma base sólida para contribuir com evidenciação das informações contábeis, através do PFR, decorrente da necessidade de facilitar a compreensibilidade dos usuários, melhorar a transparência das informações públicas e fortalecer a prestação de contas.

Portanto, embora não seja obrigatória a elaboração do PFR, no contexto brasileiro, também não se verifica a sua vedação, desse modo, fornecer orientações, decorrentes de um estudo técnico-científico, surge como um importante passo para que normatizadores tenham *insights*, a partir de uma forma diferente de apresentação das informações contábeis, e que os elaboradores de relatórios contábeis utilizem uma base consistente para complementar as informações em um modelo de relatório compreensível por parte dos usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar informações contábeis compreensíveis está no pilar da evidenciação contábil. As entidades públicas mantêm um valor democrático de revelar à sociedade o seu desempenho institucional a partir de informações advindas da contabilidade, para que exista respaldo em suas ações e credibilidade para com os cidadãos. Nesse sentido, esta pesquisa teve o objetivo principal de analisar a contribuição do *popular financial reporting* na melhora da compreensão dos usuários

da contabilidade de universidades públicas brasileiras sobre a informação contábil. Para alcançar tal objetivo elaborou-se um questionário, tendo por base o relatório contábil tradicional e o *popular financial reporting - PFR*, que foi direcionado a servidores e discentes da UFG e Unifesspa.

No decorrer do estudo observou-se que o PFR é capaz de contribuir com os usuários da contabilidade, tanto para aqueles que possuem conhecimento em contabilidade quanto àqueles com menor ou sem o conhecimento técnico em contabilidade, pois seus achados evidenciaram que houve uma melhora na percepção das informações reportadas nesse tipo de relatório. Contribuindo com uma das premissas da teoria da comunicação que é a de diminuir os ruídos entre o emissor da informação contábil (contador) e o destinatário (cidadão) dessa informação.

Por conseguinte, infere-se que o PFR conduz a um aumento da assimilação da informação contábil por parte dos usuários, contribuindo para o fortalecimento da transparência efetiva no âmbito das universidades públicas brasileiras. Resultado que é reforçado pelos respondentes desta pesquisa ao indicarem que o PFR apresenta melhores aspectos relacionados à clareza, formato e forma, exposição gráfica, visual e utilidade que o relatório tradicional.

A melhoria da informação ocorreu através da informação mediada, que neste estudo ocorreu com a mediação do PFR elaborado a partir das informações oriundas das demonstrações contábeis. Esse papel de mediação da informação pode ser um recurso utilizado para melhoria da informação contábil na elaboração e publicação de relatórios como PFR para os usuários com pouco ou sem conhecimento em contabilidade.

Também foi analisada, através do teste estatístico do Qui-quadrado, se havia associação entre a compreensibilidade da informação e o perfil do usuário. Destacando-se o perfil “posição do usuário”, para os usuários que elaboram/gestores ou usuários em geral, sendo constatada associação estatisticamente significativa para ambos os tipos de usuários e modelos de relatório. Dos resultados, infere-se que, para o modelo 1 (tradicional) quem detém o conhecimento técnico compreende melhor a informação, enquanto que para o modelo 2 (PFR), dentre os motivos para associação está a melhora da compreensibilidade tanto para os usuários em geral quanto para os que elaboram/gestores.

Adicionalmente, segundo a percepção dos respondentes, o período mais indicado para divulgação do relatório é a cada trimestre. Quanto ao meio de divulgação, foi possível constatar que 69,9% dos respondentes consideraram o site institucional como meio mais apontado para essa finalidade.

Durante a análise acerca das contribuições efetuadas pelos respondentes pode ser verificado que, de modo geral, as opiniões constam que o modelo tradicional é menos compreensível e com uma linguagem rebuscada, enquanto que o PFR é mais claro, objetivo e didático.

Quanto às características presentes no PFR e que são fundamentais, foram identificadas e apresentadas duas características consideradas basilares para a elaboração e apresentação do *popular financial reporting* que podem melhorar a compreensibilidade e transparência das informações. São as características formais e características do conteúdo. As características formais fazem parte da estrutura do relatório: forma atrativa, formato acessível, publicação periódica, relatório conciso e ilustrativo. Já as características do conteúdo são destinadas à parte textual: contexto inicial, informações essenciais e informações complementares.

Para a academia, a pesquisa contribui com a discussão sobre a qualidade da evidenciação da informação contábil no setor público, em especial a compreensibilidade, expandindo o desenvolvimento da literatura. Em relação aos organismos normatizadores, com as evidências de que houve melhora na compreensibilidade das informações contábeis reportadas, podem surgir orientações técnicas sugerindo a elaboração do PFR como forma de complementar os relatórios tradicionais. No que concerne aos profissionais contábeis e gestores públicos, apresenta-se um formato diferente para prestação de contas e publicidade das ações governamentais nas universidades públicas brasileiras. Por fim, no campo social, evidencia-se um relatório que pode ser compreendido por usuários com pouco ou nenhum conhecimento técnico em contabilidade.

Como limitações do estudo, observa-se que os participantes da pesquisa são de apenas duas universidades federais, limitando-se a esse público respondente. Também a escassa literatura nacional acerca deste assunto limita o trabalho, pois poderia trazer maior e melhor discussão e comparação dos resultados.

Desse modo, para próximas pesquisas, sugere-se investigar um público-alvo mais abrangente, tanto para o número de respondentes quanto para o aumento do número de universidades participantes. Sugere-se, ainda, investigar junto a usuários externos das universidades com a finalidade de dar maior abrangência à literatura e, ainda, desenvolver pesquisas em outros entes públicos como estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. H., & Filho, J. E. B. (2017). Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Setor Público: proposta de estrutura mínima para atendimento à convergência com as normas internacionais, transparência das contas públicas e instrumentalização do controle social. Repositório do Tesouro Nacional. *Revista Caderno de Finanças Públicas*: v.17, n.1, 1-69. <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2017.29>
- Abreu, W. M. de, & Gomes, R. C. . (2021). Transparência fiscal explica a percepção da corrupção, mas Democracia importa!. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 15, e182094. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2021.182094>
- Addor, F. (2018). Reflexões sobre democracia participativa na América Latina. *Revista De Administração Pública*, 52(6), 1108–1124. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/77390>
- Almada, M. P. (2017). Avaliação de Etransparência em portais de governos nacionais: uma comparação entre Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. 263 f.il. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea) Universidade da Bahia.
- Augustinho, S. M., Oliveira, A. G., & Guimarães, I. A. (2015). Disclosure e accountability nas demonstrações contábeis públicas como instrumentos de controle social. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 9(2). <https://doi.org/10.17524/repec.v9i2.1173>
- Avelino, B. C, Colauto, R. D., & Cunha, J. V. A. (2012). Evidenciação, Teoria da Legitimidade e Hipótese dos Custos Políticos: Estudo no Governo Estadual e Municípios de Minas Gerais. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, v. X, p. 1-18.
- Aversano, N., Polcini, P. T., Sannino, G., & Agliata, F. (2019). “Integrated popular reporting as a tool for citizen involvement in financial sustainability decisions”, in Caruana, J., Brusca, I., Caperchione, E., Chen, S. and Manes Rossi, F. (Eds), *Financial Sustainability of Public Sector Entities*, Palgrave Macmillan, Cham, Switzerland, pp. 185-205. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-06037-410>
- Baldissera, J. F., & Dall'Asta, D. (2020). Panorama Teórico e Empírico dos Determinantes da Transparência Pública. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 15(4), 88-111. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.28949
- Barth, M. E., & Schipper, K. (2008). Financial reporting transparency. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 23(2), 173-190. <https://doi.org/10.1177/0148558X0802300203>
- Bedford, N. M., & Baladouni, V. (1962). A Communication Theory Approach to Accounting. *The Accounting Review*, 1962: 650-659.
- Biancone, P., Secinaro, S., & Brescia, V. (2016). The Popular Financial Reporting: Focus on Stakeholders. The first European Experience. *International Journal of Business and Management*, 11(11), 115-125. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v11n11p115>
- Biancone, P., Secinaro, S., Brescia, V. & Iannaci, D. (2019). “The popular financial reporting between theory and evidence”, *International Business Research*, Vol. 12 No. 7, pp. 45-56. <https://doi.org/10.5539/ibr.v12n7p45>

- Biondi, L., & Bracci, E. (2018). Sustainability, popular and integrated reporting in the public sector: A fad and fashion perspective. *Sustainability* (Switzerland), 10(9), 1-16. <https://doi.org/10.3390/su10093112>
- Borges, G. F., & Rech, I. J. (2019). Determinantes da Legibilidade das Notas Explicativas de Companhias Brasileiras. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 9(3), 31-51. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v9i3.7522>
- Borges, G. F., Rech, I. J., & Fonseca, A. N. (2020). Contribuições da Teoria da Comunicação para o Ambiente de Evidenciação de Informações Financeiras. *Revista FSA* (Faculdade Santo Agostinho), v. 17, p. 149-164. <https://dx.doi.org/10.12819/2020.17.11.7>
- Bota, H. N. (2020). Popular reporting: propostas e desafios para os municípios. Lisboa: Iscte. Dissertação de mestrado. Recuperado de [www:http://hdl.handle.net/10071/21617](http://hdl.handle.net/10071/21617)
- Bréscia, V. (2019). The Popular Financial Reporting: new accounting tool for italian municipalities.
- Brusca, I., & Martínez, J. C. (2016). Adopting International Public Sector Accounting Standards: a challenge for modernizing and harmonizing public sector accounting. *International Review of Administrative Sciences*, 82(4), 724-744. <https://doi.org/10.1177/0020852315600232>
- Cabral, L M, & Aquino, A C B (2020). Movimento ocular e desafios cognitivos na compreensão de Relatórios Populares. In XX Congresso Internacional de Contabilidade da USP.
- Caldas, O. V. (2020). Ensaio sobre legibilidade das prestações de contas e de relatórios de auditoria e seus impactos no processo de accountability no setor público do Brasil. 2020. 79 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de Brasília, Brasília.
- Camacho, E. U. (2019). Compreensibilidade das contas públicas: uma análise a partir do entendimento dos usuários da informação. 200 f., Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. São Paulo.
- Castañeda-Rodríguez, Víctor. (2022). Is IPSAS Implementation Related to Fiscal Transparency and Accountability?. *BAR - Brazilian Administration Review* [online]. v. 19. <https://doi.org/10.1590/1807-7692bar2022210071>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *NBC TSP Estrutura Conceitual*. <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>.
- Cohen, S., & Karatzimas, S. (2015). Tracing the future of reporting in the public sector: introducing integrated popular reporting. *International Journal of Public Sector Management*.28, 449–460. <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2014-0140>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Cremonese, D. (2012). A Participação como Pressuposto da Democracia. *Desenvolvimento Em Questão*, 10(19), 78–102. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2012.19.78-102>
- De Lima, M. P., Abdalla, M. M., & Lima Oliveira, L. G. (2020). A Avaliação da transparência ativa

e passiva das universidades públicas federais do Brasil à luz da Lei de Acesso à Informação. *Revista do Serviço Público*, 71(c), 232-263. <https://doi.org/10.21874/rsp.v71ic.4662>

- Del Gesso, Carla & Romagnoli, Luca. (2020). Citizen-Centered Reporting: Assessing Popular Financial Reporting Practice in Italian Decentralized Governments. *International Journal of Business and Management*. <https://doi.org/10.5539/ijbm.v15n2p1>
- Dewi, N., Azam, S., & Yusoff, S. (2019). Factors influencing the information quality of local government financial statement and financial accountability. *Management Science Letters*, 9(9), 1373-1384. <https://doi.org/10.5267/j.msl.2019.5.013>
- Dias Filho, J. M., & Nakagawa, M. (2001). Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 12(26), 42-57. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772001000200003>
- Fávero, L. P. L., & Belfiore, P. P. (2017). Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gallon, A. V., Trevisan, R., Pfitscher, E. D., & Limongi, B. (2011). A compreensibilidade dos cidadãos de um município gaúcho acerca dos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal publicados nos jornais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 16(1), 79-96. <https://doi.org/10.12979/rcmccuer.v16il.5480>
- Government Finance Officers Association. (2020). Popular Reporting of Financial Information. Recuperado de <https://www.gfoa.org/materials/popular-reporting-of-financial-information>
- Gómez-Villegas, M., Brusca, I., & Bergmann, A. (2020). IPSAS in Latin America: innovation, isomorphism or rhetoric?, *Public Money & Management*, 40:7, 489-498. <https://doi.org/10.1080/09540962.2020.1769374>
- Grimmelikhuisen, S. G. & Meijer, A. J. (2012). Effects of transparency on the perceived trustworthiness of a government organization: evidence from an online experiment. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 24(1), 137–157. <https://doi.org/10.1093/jopart/mus048>
- Harrison, T.M., Guerrero, S., Burke, G. B., Cook, M., Cresswell, A., Helbig, N., ... & Pardo, T. (2012). Open government and e-government: Democratic challenges from a public value perspective. *Information Polity*, 17 (2), 83-97. <https://doi.org/10.3233/IP-2012-0269>
- Herrmann, K. R. (2011). Creating an excellent popular financial report. *Government Finance Review*, 27 (5), 41-44.
- Hood, C. (2010). Accountability and transparency: Siamese twins, matching parts, awkward couple?. *West European Politics*, 33(5), 989-1009. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.486122>
- International Federation of Accountants. (2020). <https://www.ifac.org/what-we-do/speak-out-global->

voice/points-view/greater-transparency-and-accountability-public-sector

- International Public Sector Accounting Standards Board (2013). *Conceptual framework for general purpose financial reporting by public sector entities*. New York. https://www.ifac.org/system/files/publications/exposure-drafts/IPSASB-ED_Conceptual_Framework_Phase_1.pdf
- Hair, J. F.; Black, W. C.; Babin, B.; Anderson, R., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. 6ª Ed. Porto Alegre, Bookman.
- Iudícibus, S. (2021). *1935-Teoria da contabilidade* / Sérgio de Iudícibus; colaborador Ricardo Pereira Rios. – 12. ed., atual. – São Paulo: Atlas, 2021.
- Iudícibus, S. de, Martins, E. & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(38), 7-19. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>
- Jordan, M. M., Yusuf, J. E., Berman, M., & Gilchrist, C. (2016). Popular Financial Reports as Fiscal Transparency Mechanisms: An Assessment Using the Fiscal Transparency Index for the Citizen User. *International Journal of Public Administration*, 40(8), 625-636. doi: <https://doi.org/10.1080/01900692.2016.1186175>
- Langella, C., Anessi-Pessina, E., Botica Redmayne, N., & Sicilia, M. (2021). Financial reporting transparency, citizens' understanding, and public participation: A survey experiment study. *Public Administration*, 1– 20. <https://doi.org/10.1111/padm.12804>
- Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm
- Leite, K. L. M. (2019). *Análise da compreensibilidade das demonstrações contábeis divulgadas pelo setor público brasileiro*. 134 f., Dissertação (mestrado). UFPB/CCSA. João Pessoa.
- Leroy, R. S. D., Brunozi Júnior, A. C., & Ávila, L. A. C. (2021). Países mais Transparentes são mais Democráticos? . *Contabilidade, Gestão e Governança*, 24(1), 130-147. http://dx.doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n1a8
- Lima, R. L., & Lima, D. V. (2019). Experiência do Brasil na implementação das IPSAS. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(38), 166-184. <https://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n38p166>
- Loughran, Tim, & McDonald, Bill (2014). Measuring Readability in Financial Disclosure. *The Journal of Finance*, 69(4), 1643–1671. <https://doi.org/doi:10.1111/jofi.12162>
- Mabillard, V., & Zumofen, R. (2017). The complex relationship between transparency and accountability: A synthesis and contribution to existing frameworks. *Public Policy and Administration*, 32 (2), 110–129. <https://doi.org/10.1177/0952076716653651>

- Macedo, J., Silva, A., & Silva, J. (2021). Avaliação de Gestores, Programas e Políticas Públicas: uma Análise Experimental a partir da Percepção dos Cidadãos Brasileiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(3), 124-147. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.43263
- Manes-Rossi, F. (2019). "New development: alternative reporting formats: a panacea for accountability dilemmas?", *Public Money & Management*, 39:7, 528-31. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1578540>
- Manes-Rossi, F., Aversano, N., & Tartaglia Polcini, P. (2019). "Popular reporting: learning from the US experience", *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, Vol. 32 No. 1, pp. 92-113. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-01-2019-0013>
- Marques, L. R., Bezerra Filho, J. E., & Caldas, O. V. (2020). Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14, e161973. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.161973>
- Martins, F. V. de S. P., & Lima, D. V. de. (2021). Directives for public entities' popular financial reporting. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(47), 91-108. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e76071>
- Martins, G.D. A., & Theóphilo, C. R. (2016). *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas* (3ª edição). Grupo GEN.
- Ministério da Educação. (2021). *Painel Universidade 360*. Recuperado de <https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360>
- Messias, D., & Walter, S. A. (2018). O Processo de Comunicação Contábil no Setor Público: Percepção dos Contadores sobre Universidades Federais. *Revista Ambiente Contábil*, v. 10, p. 37-53. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n1ID10869>
- Messias, D., Voltarelli, F. R. & Zanchet, A. (2018). A Construção da Informação Contábil no Setor Público. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 12, n.3. <http://dx.doi.org/10.9771/rc-ufba.v12i2.24522>
- Montesinos, V., & Brusca, I. (2019). Non-financial reporting in the public sector: Alternatives, trends and opportunities. *Revista de Contabilidad*, 22(2): 122–128. <https://doi.org/10.6018/rcsar.383071>
- Moraes, N.R (2013). Internet, prestação de contas e transparência na gestão pública municipal. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea). Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2013, 266f.
- Nistor, C.S., Stefanescu, C.A., Oprisor, T. & Crisan, A.R. (2019). "Approaching public sector transparency through an integrated reporting benchmark", *Journal of Financial Reporting and Accounting*, Vol. 17 No. 2, pp. 249-270. <https://doi.org.ez49.periodicos.capes.gov.br/10.1108/JFRA-06-2017-0048>
- Oliveira, A. F. L., Santos, J.P., & Jorge, S. M. F (2018). Popular Reporting nos municípios

portugueses?. *RIGC* – Vol. XVI, n. 31, Enero-Junio, 2018. http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/n_31/angela-oliveira_susana-jorge_joao-santos.pdf

- Oliveira, A. B. de, Flôres, F. D., & Pinto, N. G. M. (2020). Transparência e accountability: uma análise das Universidades Federais do Rio Grande do Sul à luz dos princípios de governança da administração pública federal. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(2), 12-22. <https://doi.org/10.18696/reunir.v10i2.787>
- Platt Neto, O. A., Cruz, F. da, & Viera, A. L. (2008). Transparência das contas públicas: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade na UFSC. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 3(5), 135-146. <https://doi.org/10.5007/%x>
- Ribeiro, R. B., Miranda, G. J., & de Azevedo, R. R. (2021). (Des) legitimação da informação contábil em processos licitatórios no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(48), 72-88. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e75806>
- Ribeiro Dias, J. C., & Vasconcelos, M. T. de C. (2015). As Características Qualitativas da Informação Contábil no Desenvolvimento do Controle Social: uma Análise da Percepção dos Conselheiros Municipais do Recife sobre a Utilidade das Informações Contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, 26(2), 14-40. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1640>
- Rodrigues, K. F. (2020). Desvelando o conceito de transparência: seus limites, suas variedades e a criação de uma tipologia. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(2), 237–253. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/73192>
- Rodrigues, J. D., Silva, G., & de Vargas, S. B. (2021). Popular Reporting à Luz da Teoria da Comunicação: Um Ensaio Teórico. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(1). <https://doi.org/10.21118/apgs.v13i1.9285>
- Rosa, T. C., & Moro-Cabero, M. M. M. (2019). Transparência pública: legislações de acesso à informação brasileira e espanhola. *Páginas a&b, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)*, n.11, p. 72-93. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag11a6>
- Ross, J. F. (2016). The Information Content of Accounting Reports: An Information Theory Perspective. *Informações*, 7 (3), 48. <https://doi.org/10.3390/info7030048>
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M.D.P.B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5ª edição). Grupo A.
- Santos Filho, M. F., Zanolla, E., & Oliveira, J., J. (2022). Evidenciação das despesas para enfrentamento da covid-19 nas notas explicativas: análise nas universidades federais localizadas na região norte. In *Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação – CASI, Volta Redonda, RJ, Brasil*. <https://www.even3.com.br/anais/14casi/472228-evidenciacao-das-despesas-para-enfrentamento-da-covid-19-nas-notas-explicativas--analise-nas-universidades-federa/>
- Saremi, H.R., & Mohammadi, S. (2015). The Relationship between Transparency and Accountability in Public Accounting. *Research Journal of Finance and Accounting*, 6, 189-191.

- Silva Neto, A. F. da, da Silva, J. D. G., & Gonçalves, R. de S. (2015). Contabilidade Aplicada ao Setor Público como Mecanismo Institucional Estatal de Melhoria da Accountability. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(3), 93-111. <https://doi.org/10.18696/reunir.v5i3.384>
- Souza, A. C., Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 26(3), 649-659. <https://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742017000300022>
- Stanley, T., Jennings, N., & Mack, J. (2008). An Examination of the Content of Community Financial Reports in Queensland Local Government Authorities. *Ssrn*, 24 (November), 411-438. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0408.2008.00460.x>
- Van Helden, J., & Reichard, C. (2019). Making sense of the users of public sector accounting information and their needs. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*. <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-10-2018-0124>
- Vieira, J. B. (2012). Transparência pública e corrupção nos municípios brasileiros: o impacto do governo eletrônico. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3226, 1 maio 2012. <https://jus.com.br/artigos/21635>
- Yusuf, J. E., Jordan, M. M., Neill, K. A., & Hackbart, M. (2013). For the people: Popular financial reporting practices of local governments. *Public Budgeting and Finance*, 33(1), 95-113. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5850.2013.12003.x>
- Yusuf, J. E., & Jordan, M. M. (2015). "Popular Financial Reports: Tools for Transparency, Accountability and Citizen Engagement". *School of Public Service Faculty Publications*. 14. https://digitalcommons.odu.edu/publicservice_pubs
- Yusoff, M. S. B. (2019). ABC of content validation and content validity index calculation. *Education in Medicine Journal*, 11(2), 49-54. <https://doi.org/10.21315/eimj2019.11.2.6>
- Zorzal, L., & Rodrigues, G. M. (2015). Transparência das informações das universidades federais: estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de governança. *Biblios (Peru)*, n. 61, p. 1-18. Doi: 10.5195/biblios.2015.253
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2017). Transparência Orçamentária: Razões do Descompasso entre os Estados Brasileiros. *Organizações & Sociedade*, 24(82), 390-411. <https://doi.org/10.1590/1984-9240822>
- Zuccolotto, R. & Teixeira, M. A. C. (2019). Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro. Brasília – DF: Enap, 2019. <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4161>
- Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C., & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade - UFSC*, 12 (25), 137. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>

APÊNDICE A – Instrumento da Pesquisa

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Esclarecimento

Olá! Tudo bem?

Você está sendo convidado (a), como voluntário (a) a participar desta pesquisa. Sou Manoel Francelino dos Santos Filho, discente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCONT) – mestrado acadêmico, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, indique na opção “Aceito participar desta pesquisa” ao final. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail manoel.francelinofh@gmail.com.

Esta pesquisa possui caráter estritamente acadêmica, assim todas as informações prestadas são sigilosas e sua participação é anônima. Você será submetido a responder um questionário e, para isso, deverá reservar um período médio de 15 minutos que será o tempo necessário para participar da pesquisa não acarretando custos para você. Os riscos da participação na pesquisa são mínimos conhecidos, tais como cansaço mental e desconforto físico decorrente da leitura para responder ao questionário

O objetivo é realizar um levantamento de dados de acordo com a percepção dos usuários da informação contábil, acerca da utilização de relatórios contábeis em universidades federais brasileiras. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

A pesquisa está dividida nas próximas seções da seguinte forma: a primeira é esta seção introdutória; a segunda, sobre o termo de esclarecimento da pesquisa e perfil dos respondentes; as últimas três são direcionadas à opinião sobre os relatórios contábeis, contendo 18 questões.

Declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente orientado (a) pelo pesquisador dos objetivos e procedimentos que serão utilizados e da confidencialidade da pesquisa.

- () Aceito participar desta pesquisa
 () Não aceito participar da pesquisa

Instituição/Universidade:

- () UFG
 () Unifesspa

E-mail:

R.:

Caracterização do Perfil dos Respondentes da Pesquisa (Bloco 01)

1. Qual a sua posição dentro da Universidade?

- () Elaborador de relatórios contábeis (ex.: gestor financeiro, contador responsável ou demais servidores que emitem relatórios contábeis)
 () Gestor na universidade (cargo de chefia ou direção)
 () Usuário em geral (discentes, servidores, professores, etc.)

2. Qual o seu Gênero?

- () Masculino
 () Feminino

Outro

3. Qual a sua faixa etária?

- 18 a 29 anos
 30 a 39 anos
 40 a 49 anos
 50 a 59 anos
 60 anos ou mais

4. Qual o seu nível de escolaridade?

- Médio
 Graduação
 Mestrado
 Doutorado

5. Como você considera o seu conhecimento em contabilidade pública?

- Nenhum
 Razoável
 Médio
 Bom
 Excelente

Relatório Contábil: Modelo 1 (Bloco 2)

6. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, a respeito das receitas recebidas é correto identificar que a universidade recebeu:

Nota - Receitas Correntes e de Capital Realizadas

As receitas correntes apresentaram no Balanço Orçamentário uma realização de 22% de sua previsão. Quanto às receitas de capital foram realizadas no período 1,76%.

As outras receitas correntes apresentaram a maior variação percentual realização com 120,00%. Em termos monetários, em menor valor teve a realização das receitas de serviços com R\$ 140.000,00, são decorrentes dos serviços administrativos prestados pelo ente.

DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO	AV
Receitas Correntes	3.650.000,00	3.650.000,00	803.000,00	22,00%	64,08%
Receita Patrimonial	400.000,00	400.000,00	225.000,00	56,25%	
Receita de Serviços	1.100.000,00	1.100.000,00	140.000,00	12,72%	
Transferências Correntes	1.900.000,00	1.900.000,00	185.000,00	9,74%	
Outras Receitas Correntes	250.000,00	250.000,00	253.000,00	120,00%	
Receitas de Capital	25.500.000,00	25.500.000,00	450.000,00	1,76%	35,92%
Operações de Crédito	21.000.000,00	21.000.000,00	-	-	-
Transferência de Capital	4.500.000,00	4.500.000,00	450.000,00	1,76%	
TOTAL DAS RECEITAS	29.150.000,00	29.150.000,00	1.253.000,00	2,75%	100,00%

- Mais receitas do que estava previsto
 O valor de R\$ 29.150.000,00
 Mais de 2% das receitas previstas
 Não consegui identificar a resposta

7. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, observa-se que a universidade realizou obras e adquiriu materiais e equipamentos permanentes:

Nota - Despesas Correntes e de Capital Executadas

Com relação a composição das despesas correntes e de capital, as despesas correntes corresponderam 98,40% e as despesas de capital corresponderam a 1,60%.

As despesas correntes foram empenhadas no montante de R\$ 170.999.905,00, representando 96,46% do total da execução dessas despesas, sendo realizadas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes.

No grupo de despesas de capital os investimentos realizados alcançaram o percentual de 124,21% da dotação atualizada. O percentual a maior foi decorrente da universidade ter recebido orçamento de outros entes. Esses são valores de investimentos realizados pela universidade.

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	EXECUÇÃO	AV
Despesas Correntes	172.520.000,00	170.999.905,00	99,12%	96,46%
Pessoal e Encargos Sociais	158.875.800,00	157.703.905,00	99,26%	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	13.644.200,00	13.296.000,00	97,45%	
Despesas de Capital	2.800.000,00	6.278.000,00	124,21%	3,54%
Investimentos	2.800.000,00	6.278.000,00	124,21%	
Inversões Financeiras	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS	175.320.000,00	177.277.905,00	100,11%	100,00%

- () Que corresponde ao percentual de 96,46%
- () No valor de R\$ 177.277.905,00
- () No valor de R\$ 6.278.000,00
- () Não consegui identificar a resposta

8. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, constata-se que a universidade adquiriu ativos denominados de não circulantes, essas aquisições são investimentos em bens móveis e imóveis, e se referem a:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.232.240,00	-11.100.000,00	-81,96%	100,00%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-	-	-
TOTAL DESEMBOLSOS DO FLUXO DAS ATIV. INVEST.	-7.232.240,00	-11.100.000,00	-81,96%	100,00%

- () Serviços com reforma de prédios
- () Materiais utilizados nos serviços de limpeza e manutenção da universidade
- () Bens como terrenos e prédios
- () Não consegui identificar a resposta

9. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo e em análise aos termos utilizados no relatório, é correto afirmar que:

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	160.520.000,00	172.520.000,00	170.999.905,00	169.250.400,00	166.950.100,00	1.520.095,00
Pessoal e Encargos Sociais	146.875.800,00	158.875.800,00	157.703.905,00	156.500.000,00	155.250.100,00	1.171.895,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.644.200,00	13.644.200,00	13.296.000,00	12.750.400,00	11.700.000,00	348.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	14.800.000,00	2.800.000,00	6.278.000,00	5.400.150,00	4.950.000,00	-3.478.000,00
Investimentos	14.800.000,00	2.800.000,00	6.278.000,00	5.400.150,00	4.950.000,00	-3.478.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	175.320.000,00	175.320.000,00	177.277.905,00	174.650.550,00	171.900.100,00	-1.957.905,00

- () “Despesas empenhadas” significa que a universidade pagou pela compra dos bens e serviços
- () “Despesas liquidadas” significa que a universidade recebeu os bens e serviços faltando apenas o pagamento ao fornecedor
- () “Dotação atualizada” significa que a universidade reservou recursos financeiros na compra dos bens e serviços

() Não consegui identificar a resposta

10. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, é possível observar que a universidade:

Nota - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis correspondiam, no final do período, o valor de R\$ 203.934.737,05 Os bens de uso especial, maior parcela com 71,38%, são reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Universidade, em um montante de R\$ 145.580.000,00. O grupo com maior oscilação ocorreu nas instalações com 12,00%, em seguida os bens imóveis em andamento com 5,25%.

DESCRIÇÃO	31/12//2021	31/12/2020	AH	AV
Bens de Uso Especial	145.580.000,00	145.580.000,00	0,00%	71,38%
Bens Imóveis em Andamento	54.940.552,62	52.200.050,00	5,25%	26,94%
Instalações	3.472.168,00	3.100.150,00	12,00%	1,70%
Depreciação Acumulada/Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(57.983,57)	(50.420,50)	15,00%	-0,02%
TOTAL BENS IMÓVEIS	203.934.737,05	200.829.779,50	1,55%	100,00%

- () Nos últimos 05 anos foi realizado mais investimentos em obras
 () Continuou realizando obras mesmo recebendo menos recursos nos últimos anos
 () Diminuiu a depreciação e amortização decorrente das obras e instalações em maior valor
 () Não consegui identificar a resposta

Relatório Contábil: Modelo 2 (Bloco 2)

11. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, a respeito das receitas recebidas é correto identificar que a universidade recebeu:

De onde vem o dinheiro que a universidade utiliza?

Uma parte do recurso financeiro que a universidade utiliza vem das chamadas "receitas próprias". No período, houve uma previsão de recebimento dessas receitas no valor de R\$ 29.150.000,00.

Houve o efetivo recebimento de R\$ 1.253.000,00, o que corresponde a 2,75% das receitas previstas.



Receitas Correntes e de Capital: Previstas X Realizadas



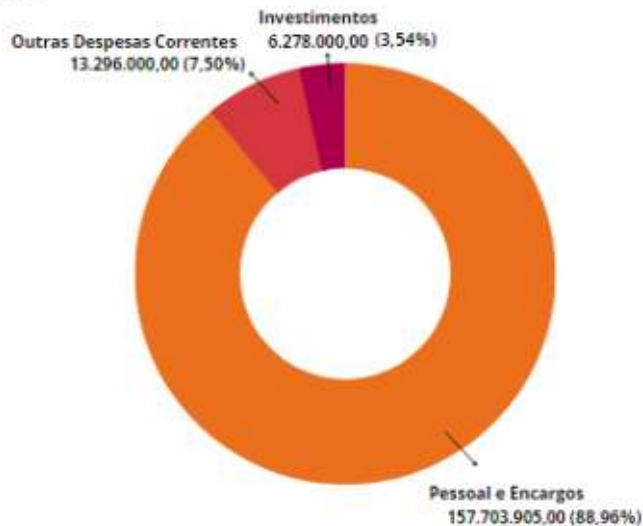
- () Mais receitas do que estava previsto
 () Receitas no valor de R\$ 29.150.000,00
 () Mais de 2% das receitas previstas
 () Não consegui identificar a resposta

12. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, observa-se que a universidade realizou obras e adquiriu materiais e equipamentos permanentes:

Como o dinheiro é gasto?

A grande parcela do recurso financeiro utilizado na universidade vem do governo federal, esse recurso é utilizado para pagamento das despesas de obrigações legais que a universidade possui, tais como: **pessoal e encargos** (salários e contribuições dos servidores), **outras despesas correntes** (serviços de limpeza, segurança, energia elétrica, dentre outros) e, ainda, com **investimentos** (obras e aquisições de materiais e equipamentos).

Foram realizadas despesas totais no valor de R\$ 177.277.905,00, sendo divididas da seguinte forma:



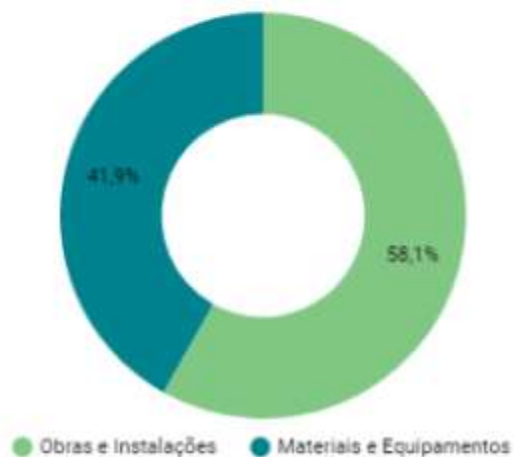
- () Que corresponde ao percentual de 88,96%
- () No valor de R\$ 177.277.905,00
- () No valor de R\$ 6.278.000,00
- () Não consegui identificar a resposta

13. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, constata-se que a universidade adquiriu ativos denominados de não circulantes, essas aquisições são investimentos em bens móveis e imóveis, e se referem a:

Quais investimentos foram realizados?

Foram realizados **investimentos** em obras e instalações (bens imóveis) e com aquisição de materiais e equipamentos (bens móveis).

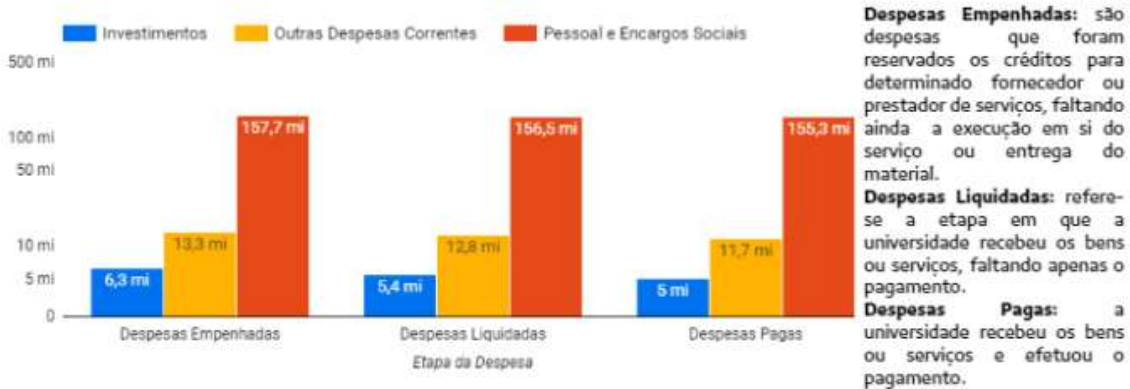
O valor realizado chegou a um montante de R\$ 6.278.000,00. Sendo R\$ 3.650.000,00 com obras e instalações e R\$ 2.628.000,00 com materiais e equipamentos.



- Serviços com reforma de prédios
- Materiais utilizados nos serviços de limpeza e manutenção da universidade
- Bens como terrenos e prédios
- Não consegui identificar a resposta

14. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo e em análise aos termos utilizados no relatório, é correto afirmar que:

A seguir demonstra-se a execução dessas despesas por etapas:



- “Despesas empenhadas” significa que a universidade pagou pela compra dos bens e serviços
- “Despesas liquidadas” significa que a universidade recebeu os bens e serviços faltando apenas o pagamento ao fornecedor
- “Dotação atualizada” significa que a universidade reservou recursos financeiros na compra dos bens e serviços
- Não consegui identificar a resposta

15. Considerando apenas as informações apresentadas abaixo, é possível observar que a universidade:



Observa-se uma decrescente aplicação de recursos na realização de obras e compras de materiais e equipamentos. Essa situação têm ocorrido devido a diminuição de recursos que as universidades federais têm recebido do governo federal nos últimos anos.

- Nos últimos 05 anos foi realizado mais investimentos em obras
- Continuou realizando obras mesmo recebendo menos recursos nos últimos anos
- Diminuiu a depreciação e amortização decorrente das obras e instalações em maior valor
- Não consegui identificar a resposta

Relatórios Contábeis: Características Gerais (Bloco 3)

Para responder as próximas questões, por gentileza, acessar os modelos completos dos relatórios:

Modelo 1- https://drive.google.com/file/d/14o_o5yAdj3L4ENrJ_eAotpVGQTgd3F8O/view?usp=sharing

Modelo 2- <https://drive.google.com/file/d/1pMNtJK054-hI-KjlMB3o4KiZZxxLzZ0J/view?usp=sharing>

16.A linguagem utilizada na apresentação das informações é clara e de fácil compreensão

Marque apenas 1 número para cada modelo, na escala de 1 a 5. Utilize: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo parcialmente; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo parcialmente; e 5 = concordo totalmente

	1	2	3	4	5
Modelo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modelo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17.O formato e a forma de apresentação facilitaram a compreensão do conteúdo

Marque apenas 1 número para cada modelo, na escala de 1 a 5. Utilize: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo parcialmente; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo parcialmente; e 5 = concordo totalmente

	1	2	3	4	5
Modelo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modelo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18.A exposição de representações gráficas e visuais ajuda na compreensão das informações

Marque apenas 1 número para cada modelo, na escala de 1 a 5. Utilize: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo parcialmente; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo parcialmente; e 5 = concordo totalmente

	1	2	3	4	5
Modelo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modelo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19.O relatório é útil para uma visualização dos recursos recebidos e bens adquiridos

Marque apenas 1 número para cada modelo, na escala de 1 a 5. Utilize: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo parcialmente; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo parcialmente; e 5 = concordo totalmente

	1	2	3	4	5
Modelo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modelo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

20.O relatório oferece facilidade e nitidez nas informações

Marque apenas 1 número para cada modelo, na escala de 1 a 5. Utilize: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo parcialmente; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo parcialmente; e 5 = concordo totalmente

	1	2	3	4	5
Modelo 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Modelo 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Na sua opinião, qual a periodicidade que considera adequada para divulgação dos relatórios?

- Mensal
- Trimestral
- Semestral
- Anual

22. Como você acha que os relatórios contábeis devem ser divulgados:

- Site institucional
- Boletins de notícias
- Mídias sociais
- Jornais e revistas
- E-mail

23. Indique sugestões e/ou melhorias que podem ser incorporadas aos modelos de relatórios 1 e 2:

R.:

APÊNDICE B – Relatório Contábil Modelo 1 - Tradicional

Relatório Contábil - Modelo 1

SUMÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS	1
1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
1.1 Balanço Patrimonial	3
1.2 Balanço Orçamentário	4
1.3 Demonstração de Fluxo de Caixa	6
2 NOTAS EXPLICATIVAS	7
2.1 Balanço Patrimonial	7
2.2 Balanço Orçamentário	7
2.3 Demonstração de Fluxo de Caixa	8

As demonstrações contábeis, a seguir, serão apresentadas de acordo com o MCASP e Lei 4.320/1964, sendo compostas, neste relatório por:

- Balanço Patrimonial: Evidenciará, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da universidade através das contas representativas do patrimônio público.
- Balanço Orçamentário: Demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa: apresentará as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1 Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	11.481.700,00	11.941.450,00	PASSIVO CIRCULANTE	40.851.150,00	42.381.500,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.500.250,00	11.050.300,00	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar C/P	7.800.050,00	7.500.200,00
Crédito a Curto Prazo	550.700,00	460.100,00	Empréstimo e Financiamento a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais créditos e Valores	550.700,00	460.100,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	350.300,00	280.500,00
Estoques	210.400,00	250.900,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	550,00	250,00
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	0,00	0,00	Provisões de Curto Prazo	0,00	0,00
VPDs pagas antecipadamente	220.350,00	180.150,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	32.700.800,00	34.600.800,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	233.886.287,05	229.601.479,50	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	150.250,00	120.000,00	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar L/P	0,00	0,00
Créditos a Longo prazo	150.250,00	120.000,00	Empréstimo e Financiamento a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a L/P	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00	Provisões de Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Imobilizado	231.335.237,05	227.330.579,50	Resultado Diferido	0,00	0,00
Bens Móveis	31.400.500,00	29.500.800,00	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	40.851.150,00	42.381.500,00
Bens Móveis	34.500.600,00	33.200.800,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Deprec./Amort./Exaustão Acumulada	-3.100.100,00	-3.700.000,00	Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Bens Imóveis	203.934.737,05	200.829.779,50	Reservas de Capital	0,00	0,00
Bens Imóveis	203.992.720,62	200.880.200,00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Deprec./Amort./Exaustão Acumulada	-57.983,57	-50.420,50	Reservas de Lucros	0,00	0,00
(-) Redução ao Valor Rec. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
Intangível	2.400.800,00	2.150.900,00	Resultados Acumulados	204.516.837,05	199.161.429,50
Softwares	1.950.800,00	1.770.900,00	Resultado do Exercício	12.317.087,05	11.381.329,50
Softwares	1.620.800,00	1.560.900,00	Resultados de Exercícios Anteriores	190.650.250,00	189.530.200,00
(-) Amortização Acumulada de Softwares	330.000,00	210.000,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.450.500,00	-1.750.100,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	450.000,00	380.000,00	(-) Ações/Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	123.250.300,00	119.830.840,00
Diferido	0,00	0,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	245.367.987,05	241.542.929,50
TOTAL DO ATIVO	245.367.987,05	241.542.929,50			

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	10.500.250,00	11.050.300,00	PASSIVO FINANCEIRO	37.550.400,00	47.000.050,00
ATIVO PERMANENTE	235.460.950,00	232.100.800,00	PASSIVO PERMANENTE	45.700.500,00	52.400.700,00
			SALDO PATRIMONIAL	162.710.300,00	143.750.350,00

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	12.200.100,00	14.400.600,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	22.700.300,00	27.000.200,00
Atos Potenciais Ativos	12.200.100,00	14.400.600,00	Atos Potenciais Passivos	22.700.300,00	27.000.200,00
Garantias e Contragarantias Des.	5.200.150,00	6.400.200,00	Garantias e Contratações Conced	1.200.000,00	4.450.100,00
Direitos Gov e Justiça Cong	6.049.830,00	7.419.600,00	Obriga Gov e Justiça Congêneres	6.200.900,00	8.480.000,00
Direitos Contratuais	850.120,00	580.400,00	Obrigações Contratuais	15.299.400,00	14.070.100,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
TOTAL	12.200.100,00	14.400.600,00	TOTAL	22.700.300,00	27.000.200,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-25.549.648,00
Recursos Vinculados	-1.500.500,00
Educação	-750.400,00
Previdência Social (RPPS)	-150.000,00
Dívida Pública	-350.100,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-250.000,00
TOTAL	-27.050.148,00

1.2 Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.650.000,00	3.650.000,00	803.000,00	-2.847.000,00
Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	400.000,00	400.000,00	225.000,00	-125.000,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	275.000,00	275.000,00	132.475,00	-142.525,00
Valores Mobiliários	125.000,00	125.000,00	92.525,00	-32.475,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	1.100.000,00	1.100.000,00	140.000,00	-960.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.100.000,00	1.100.000,00	140.000,00	-960.000,00
Transferências Correntes	1.900.000,00	1.900.000,00	185.000,00	-1.715.000,00
Outras Receitas Correntes	250.000,00	250.000,00	253.000,00	3.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	250.000,00	250.000,00	201.000,00	-49.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	52.000,00	52.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	25.500.000,00	25.500.000,00	450.000,00	-25.050.000,00
Operações de Crédito	21.000.000,00	21.000.000,00	0,00	-21.000.000,00
Operações de Crédito Internas	21.000.000,00	21.000.000,00	0,00	-21.000.000,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.500.000,00	4.500.000,00	450.000,00	-4.050.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	29.150.000,00	29.150.000,00	1.253.000,00	-27.897.000,00

REFINANCIAMENTO	29.150.000,00	29.150.000,00	1.253.000,00	-27.897.000,00
DEFICIT			174.067.000,00	174.067.000,00
TOTAL	29.150.000,00	29.150.000,00	175.320.000,00	175.320.000,00

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	160.520.000,00	172.520.000,00	170.999.905,00	169.250.400,00	166.950.100,00	1.520.095,00
Pessoal e Encargos Sociais	146.875.800,00	158.875.800,00	157.703.905,00	156.500.000,00	155.250.100,00	1.171.895,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	13.644.200,00	13.644.200,00	13.296.000,00	12.750.400,00	11.700.000,00	348.200,00
DESPESAS DE CAPITAL	14.800.000,00	2.800.000,00	6.278.000,00	5.400.150,00	4.950.000,00	-3.478.000,00
Investimentos	14.800.000,00	2.800.000,00	6.278.000,00	5.400.150,00	4.950.000,00	-3.478.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	175.320.000,00	175.320.000,00	177.277.905,00	174.650.550,00	171.900.100,00	-1.957.905,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dív. Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dív. Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	175.320.000,00	175.320.000,00	177.277.905,00	174.650.550,00	171.900.100,00	-1.957.905,00
TOTAL	175.320.000,00	175.320.000,00	177.277.905,00	174.650.550,00	171.900.100,00	-1.957.905,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	355.500,00	6.200.450,00	6.050.100,00	5.280.740,00	812.303,00	462.907,00
Pessoal e Encargos Sociais	500,00	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	355.000,00	6.200.450,00	6.050.100,00	5.280.740,00	812.303,00	462.907,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.200.150,00	1.525.505,00	1.025.510,00	941.617,00	360.530,00	1.423.508,00
Investimentos	1.200.150,00	1.525.505,00	1.025.510,00	941.617,00	360.530,00	1.423.508,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.555.650,00	7.725.955,00	7.075.610,00	6.222.357,00	1.172.833,00	1.886.415,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	157.000,00	2.450.320,00	2.450.320,00	7.000,00	150.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.350.320,00	2.350.320,00	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	157.000,00	100.000,00	100.000,00	7.000,00	150.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	260.285,00	220.285,00	-	40.285,00
Investimentos	-	260.285,00	220.285,00	-	40.285,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	157.000,00	2.710.605,00	2.670.605,00	7.000,00	190.285,00

1.3 Demonstração de Fluxo de Caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.682.190,00	2.404.830,00
INGRESSOS	177.963.990,00	166.216.270,00
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	92.525,00	197.000,00
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	140.000,00	134.500,00
Remuneração das Disponibilidades	132.475,00	132.250,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	253.000,00	257.000,00
Transferências Recebidas	185.000,00	175.100,00
Intergovernamentais	185.000,00	175.100,00
Dos Estados e/ou Distrito Federal	185.000,00	175.100,00
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	177.160.990,00	165.320.420,00
Ingressos Extraorçamentários	185.090,00	750.900,00
Transferências Financeiras Recebidas	176.830.900,00	164.284.520,00
Arrecadação de Outra Unidade	145.000,00	285.000,00
DESEMBOLSOS	-171.281.800,00	-168.621.100,00
Pessoal e Demais Despesas	-163.700.300,00	-158.500.300,00
Previdência Social	-250.100,00	-222.600,00
Saúde	-195.400,00	-125.000,00
Educação	-162.910.100,00	-157.865.100,00
Organização Agrária	-322.300,00	-275.500,00
Encargos Especiais	-22.400,00	-12.100,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-7.330.700,00	-9.320.100,00
Intergovernamentais	-	-
Intragovernamentais	-7.110.000,00	-8.979.000,00
Outras Transferências Concedidas	-220.700,00	-340.200,00
Outros Desembolsos Operacionais	-250.800,00	-800.700,00
Dispêndios Extraorçamentários	-100.700,00	-280.500,00
Transferências Financeiras Concedidas	-150.500,00	-520.200,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.232.240,00	-11.100.000,00
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-7.232.240,00	-11.100.000,00
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.232.240,00	-11.100.000,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-550.050,00	-8.695.170,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.050.300,00	19.745.470,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.500.250,00	11.050.300,00

2 NOTAS EXPLICATIVAS

2.1 Balanço Patrimonial

Nota - Estoques

Os estoques diminuíram em 19,25% quando comparado ao período anterior. Devido a menor aquisição ou distribuição desse material que se encontrava no almoxarifado.

Esses materiais são avaliados pelo custo de aquisição, após isso a mensuração e avaliação decorre do custo médio ponderado.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
Estoques	210.400,00	250.900,00	-19,25%

(Em R\$).

Nota - Bens Móveis

Verifica-se que a maior representatividade dos Bens Móveis está representada nas contas contábeis: Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas; Bens de Informática e Móveis e Utensílios. A maior oscilação ocorreu na conta Bens Móveis em Almoxarifado com uma diminuição de 30,05%.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10.402.740,00	9.300.200,00	11,85%	37,96%
Bens de Informática	9.100.850,00	8.277.900,00	9,94%	33,21%
Móveis e Utensílios	7.200.200,00	6.800.600,00	5,87%	26,28%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	5.100.860,00	5.100.300,00	0,01%	18,60%
Veículos	2.100.950,00	3.000.900,00	-29,98%	7,87%
Bens Móveis em Almoxarifado	350.000,00	500.400,00	-30,05%	1,27%
Demais Bens Móveis	245.000,00	220.500,00	11,11%	0,88%
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.100.100,00)	(3.700.000,00)	5,97%	-25,91%
TOTAL BENS MÓVEIS	31.400.500,00	29.500.800,00	3,39%	100,00%

(Em R\$)

Nota - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis correspondiam, no final do período, o valor de R\$ 203.934.737,05 Os bens de uso especial, maior parcela com 71,38%, são reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Universidade, em um montante de R\$ 145.580.000,00. O grupo com maior oscilação ocorreu nas instalações com 12,00%, em seguida os bens imóveis em andamento com 5,25%.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Bens de Uso Especial	145.580.000,00	145.580.000,00	0,00%	71,38%
Bens Imóveis em Andamento	54.940.552,82	52.200.050,00	5,25%	26,94%
Instalações	3.472.168,00	3.100.150,00	12,00%	1,70%
Depreciação Acumulada/Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(57.983,57)	(50.420,50)	15,00%	-0,02%
TOTAL BENS IMÓVEIS	203.934.737,05	200.829.779,50	1,55%	100,00%

(Em R\$)

2.2 Balanço Orçamentário

Nota - Receitas Correntes e de Capital Realizadas

As receitas correntes apresentaram no Balanço Orçamentário uma realização de 22% de sua previsão. Quanto às receitas de capital foram realizadas no período 1,76%.

As outras receitas correntes apresentaram a maior variação percentual realização com 120,00%. Em termos monetários, em menor valor teve a realização das receitas de serviços com R\$ 140.000,00, são decorrentes dos serviços administrativos prestados pelo ente.

DESCRIÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO	AV
Receitas Correntes	3.650.000,00	3.650.000,00	803.000,00	22,00%	64,08%
Receita Patrimonial	400.000,00	400.000,00	225.000,00	56,25%	
Receita de Serviços	1.100.000,00	1.100.000,00	140.000,00	12,72%	
Transferências Correntes	1.900.000,00	1.900.000,00	185.000,00	9,74%	
Outras Receitas Correntes	250.000,00	250.000,00	253.000,00	120,00%	
Receitas de Capital	25.500.000,00	25.500.000,00	450.000,00	1,76%	35,92%
Operações de Crédito	21.000.000,00	21.000.000,00	-	-	
Transferência de Capital	4.500.000,00	4.500.000,00	450.000,00	1,76%	
TOTAL DAS RECEITAS	29.150.000,00	29.150.000,00	1.253.000,00	2,75%	100,00%

Em (R\$)

Nota - Despesas Correntes e de Capital Executadas

Com relação a composição das despesas correntes e de capital, as despesas correntes corresponderam 91,56% e as despesas de capital corresponderam a 8,44%.

As despesas correntes foram empenhadas no montante de R\$ 161.999.905,00, representando 92% do total da execução dessas despesas, sendo realizadas com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes.

No grupo de despesas de capital os investimentos realizados alcançaram o percentual de 123,50% da dotação atualizada. O percentual a maior foi decorrente da universidade ter recebido orçamento de outros entes. Esses são valores de investimentos realizados pela universidade.

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESSAS EMPENHADAS	EXECUÇÃO	AV
Despesas Correntes	160.520.000,00	161.999.905,00	100,92%	91,56%
Pessoal e Encargos Sociais	146.875.800,00	143.203.905,00	97,50%	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	13.644.200,00	17.328.134,00	127,00%	
Despesas de Capital	14.800.000,00	18.278.000,00	123,50%	8,44%
Investimentos	14.800.000,00	18.278.000,00	123,50%	
Inversões Financeiras	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS	175.320.000,00	180.277.905,00	102,83%	100,00%

Em (R\$)

2.3 Demonstração de Fluxo de Caixa

Nota - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

No que tange às despesas com ativos não circulantes, verificou-se uma diminuição de 81,96% se comparado ao mesmo período anterior.

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH	AV
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.232.240,00	-11.100.000,00	-81,96%	100,00%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-	-	-
TOTAL DESEMBOLSOS DO FLUXO DAS ATIV. INVEST.	-7.232.240,00	-11.100.000,00	-81,96%	100,00%

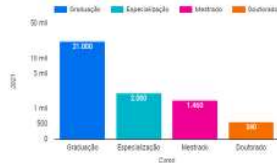
APÊNDICE C – Relatório Contábil Modelo 2 - *Popular Financial Reporting*

Relatório Contábil Modelo 2

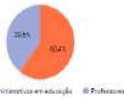


A UNIVERSIDADE

A universidade dispõe de 7 campus universitários localizados em 6 municípios, com aproximadamente 25 mil alunos matriculados nos 75 cursos de graduação (21.000), pós-graduação em nível de especialização (2.000), mestrado (1.400) e doutorado (540), além de cursos técnicos e subsequentes.



No quadro de pessoal a universidade conta com 1.250 servidores administrativos em educação e 820 servidores docentes.



MISSÃO



Desenvolver o ensino, pesquisa e extensão de qualidade condizente com os valores éticos esperados pela comunidade.

VISÃO



Ser uma universidade com excelência na produção de conhecimento com alta qualidade.

VALORES



Igualdade, inclusão, desenvolvimento sustentável, transparência, comprometimento e melhoria contínua.

Este relatório apresentará em uma visão simplificada e geral os principais aspectos contábeis que envolvem os recursos financeiros da Universidade.

Ao longo do presente relatório serão dispostas informações gerais do resultado contábil e dos principais serviços da universidade.

O cidadão que necessitar obter maiores informações poderá ligar para (94) 2101 xxxx ou enviar e-mail para universidade@edu.gov

As informações base deste relatório são extraídas das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, essas últimas podem ser consultadas no link: <http://xxxx>

SUMÁRIO

Receitas	3
Despesas	4
Investimentos	5



RECEITAS

De onde vem o dinheiro que a universidade utiliza?

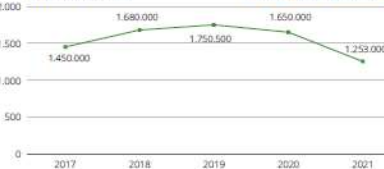
Uma parte do recurso financeiro que a universidade utiliza vem das chamadas "receitas próprias". No período, houve uma previsão de recebimento dessas receitas no valor de R\$ 29.150.000,00.

Houve o efetivo recebimento de R\$ 1.253.000,00, o que corresponde a 2,75% das receitas previstas.

Receitas Correntes e de Capital: Previstas X Realizadas



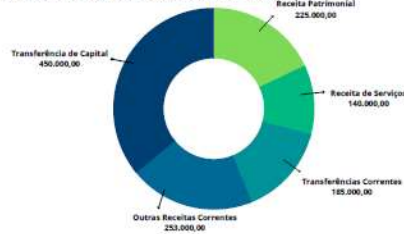
Receitas Recebidas nos Últimos 05 anos



Seguindo a tendência dos últimos 05 anos a estimativa era de que as receitas próprias atingissem pelo menos 5% dos valores previstos, no entanto, em decorrência de termos e contratos que não se concretizaram com outros entes, a universidade recebeu menos que 3%.

Detalhamento das Receitas Realizadas

São receitas arrecadadas por diversos meios disponíveis, desde a prestação de serviços ao aluguel de bens pertencentes à universidade. No gráfico abaixo, pode-se verificar o detalhamento dessas receitas:



Receitas de Transferências de Capital

As receitas de transferências de capital são recursos financeiros que a universidade recebeu e vem recebendo, nos últimos anos, decorrente de convênios e contratos com outros entes governamentais para estimular a aquisição de materiais e realização de obras, sendo voltadas para a melhoria das ações de ensino e pesquisa.



↓ 17,33% comparado ao mesmo período anterior

Histórico das receitas realizadas nos últimos 05 anos



O recebimento de receitas próprias nos últimos anos tem sido inconsistente, pois para que essas receitas sejam recebidas dependem de diversos aspectos, como: aumento das demandas por aluguel das áreas da universidade, aumento de inscrição em concursos públicos, transferências de outros entes para realização de projetos, dentre outros.

Para que serve e o que significa cada receita?

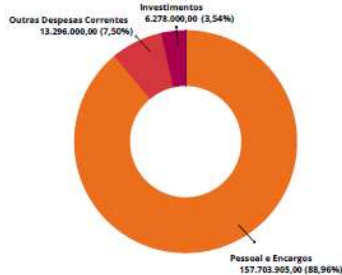
Receitas Correntes: servem para serem utilizadas no dia a dia que não se destinem a adquirir bens permanentes e investimentos.
Receitas de Capital: são destinadas à aquisição de bens permanentes e investimentos.
Receitas Próprias: são receitas em que a universidade com os seus serviços e esforços próprios consegue obter.
Recebimentos de Rendimentos de Aplicações Financeiras: são os valores que a universidade recebe pela aplicação na conta única do tesouro dos recursos que posteriormente serão utilizados em convênios e contratos, mas que já estão em posse da universidade.
Receita Patrimonial: a universidade recebe essas receitas quando realiza concessões e aluga os imóveis, como no caso dos restaurantes e cafeterias.
Outras Receitas Correntes: são os valores das multas administrativas, contratuais e judiciais, além de indenizações, restituições e ressarcimentos.
Receitas de Serviços: decorrem das taxas de inscrição de concursos.
Transferências Correntes: são receitas que outros entes, como estados e municípios, transferem para realização como exemplo contratos e convênios.
Transferências de Capital: são receitas recebidas para a realização de obras e compra de materiais, como: veículos, materiais de laboratórios.

DESPESAS

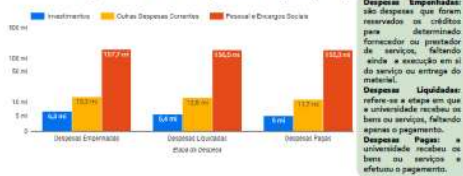
Como o dinheiro é gasto?

A grande parcela do recurso financeiro utilizado na universidade vem do governo federal, esse recurso é utilizado para pagamento das despesas de obrigações legais que a universidade possui, tais como: **pessoal e encargos** (salários e contribuições dos servidores), **outras despesas correntes** (serviços de limpeza, segurança, energia elétrica, dentre outros) e, ainda, com **Investimentos** (obras e aquisições de materiais e equipamentos).

Foram realizadas despesas totais no valor de R\$ 177.277.905,00, sendo divididas da seguinte forma:

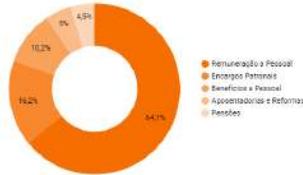


A seguir demonstra-se a execução dessas despesas por etapas:



Despesas Empenhadas: são despesas que foram reservadas ou créditos para determinado fornecedor ou prestador de serviços, faltando ainda a execução em si do serviço ou entrega do material.
Despesas Liquidadas: refere-se a etapa em que a universidade recebeu os bens ou serviços, faltando apenas o pagamento.
Despesas Pagas: a universidade recebeu os bens ou serviços e efetuou o pagamento.

A maior parte das despesas é referente a **pessoal e encargos**, refere-se aos salários do pessoal ativo, inativo e pensionistas, do quadro de pessoal da universidade, além das contribuições e gratificações.



AA remuneração de pessoal corresponde ao maior grupo de gastos com R\$ 101.100.000,00, seguido pelos encargos patronais com R\$ 25.500.000,00.

Pessoal e Encargos

Despesas realizadas com pessoal e encargos nos últimos 05 anos



As despesas com pessoal e encargos têm aumentado em relação ao período anterior, fruto do aumento de servidores em seu quadro de pessoal.

Outras Despesas Correntes - Despesas de Custeio

As **outras despesas correntes** ou como são denominadas de **despesas de custeio** são os gastos necessários para o funcionamento administrativo e acadêmico da Universidade. São referentes a serviços com limpeza e conservação, vigilância ostensiva, energia elétrica, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos; aquisição de materiais utilizados no dia a dia; também gastos com diárias e passagens e obrigações e contribuições tributárias.

No período houve gastos com essas despesas no valor de R\$ 13.296.000,00.

Além dos gastos narrados acima, são incluídos nesse item da despesa os valores pagos a auxílios financeiros a estudantes e a pesquisadores.

• 1.100 estudantes receberam R\$ 2.750.000,00

• 250 pesquisadores receberam R\$ 590.500,00



Elemento de Custo	2021	2020
Locação de M3-de-Cora	4.960.000	4.810.000
Outros Serviços de Telexios - PJ	1.750.000	3.850.000
Auxílios Financeiros a Estudantes	2.750.000	2.450.000
Auxílios Financeiros e Pesquisadores	590.000	470.000
Serviço de TIC - PJ	590.000	490.000
Outros Serv. de Telexios - PF	325.000	280.000
Material de Consumo	125.000	170.000
Passagens e Despesas de Locomoção	95.000	17.000
Diárias e Pessoal	75.000	12.500
Obrigações e Contribuições	65.000	55.000
Total geral	13.296.000	12.265.000

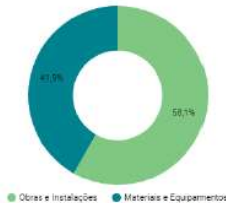
↑ 8,4% comparado ao mesmo período anterior

INVESTIMENTOS

Quais investimentos foram realizados?

Foram realizados Investimentos em obras e instalações (bens imóveis) e com aquisição de materiais e equipamentos (bens móveis).

O valor realizado chegou a um montante de R\$ 6.278.000,00. Sendo R\$ 3.650.000,00 com obras e instalações e R\$ 2.628.000,00 com materiais e equipamentos.



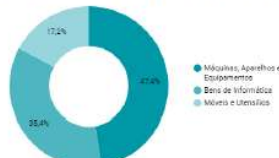
Investimentos realizados nos últimos 05 anos



Observa-se uma decrescente aplicação de recursos na realização de obras e compras de materiais e equipamentos. Essa situação tem ocorrido devido a diminuição de recursos que as universidades federais têm recebido do governo federal nos últimos anos.

Materiais e Equipamentos (Bens Móveis)

A seguir observamos as principais aquisições com materiais e equipamentos:

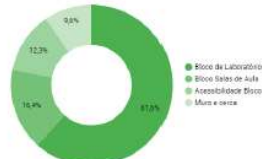


Os percentuais acima correspondem aos valores empenhados para as aquisições dos materiais e equipamentos. Juntos somaram R\$ 2.628.000,00

- Máquinas, Aparelhos e equipamentos R\$ 1.102.540,00
- Bens de Informática R\$ 822.950,00
- Móveis e Utensílios R\$ 399.500,00

Obras e Instalações (Bens Imóveis)

A universidade tem realizado obras em seus diversos campus de atuação. Os investimentos com a realização de obras diminuíram em relação aos períodos anteriores. Mesmo com essa diminuição houve a realização de empenho para tais despesas no valor de R\$ 3.650.000,00.



Os percentuais acima correspondem aos valores empenhados para as obras correspondentes.

- Construção do bloco de laboratórios da unidade I R\$ 2.250.000,00 → 65% do valor previsto para a realização da obra já foi empenhado.
- Construção do muro e cerca do laboratório central R\$ 350.000,00 → 40% do valor previsto para a realização da obra já foi empenhado.
- Continuidade da construção do bloco de salas de aulas R\$ 600.000,00 → 85% do valor previsto para a realização da obra já foi empenhado.
- Adequação/melhoria das estruturas de acessibilidade no bloco II R\$ 450.000,00 → 33% do valor previsto para a realização da obra já foi empenhado.

Despesas Empenhadas: são despesas que foram reservadas ou créditos para determinado fornecedor e prestador de serviços, faltando ainda a execução em si do serviço ou entrega do material.
Bens Móveis e Imóveis: são bens adquiridos, como veículos, computadores, centros de ar, também, os investimentos realizados como terrenos, prédios e construções.